
 ESTADO DO PARANÁ	Folha 1  DIGITAL
--	--

Órgão Cadastro: UNESPAR		Protocolo:	Vol.:
Em: 28/06/2018 14:27		15.265.466-9	1

Interessado 1:	MARIA SIMONE JACOMINI NOVAK		
Interessado 2:	-		
Assunto:	PESCO	Cidade:	PARANAVAÍ / PR
Palavras chaves:	CRIACAO		
Nº/Ano Documento:	-	Origem:	UNESPAR/PGRA
Complemento:	PPC DO CURSO DE HISTÓRIA - PARANAVAÍ		

Código TTD: - Para informações acesse: www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica

FORMULÁRIO PPC - CURSO DE GRADUAÇÃO DA UNESPAR

1. CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	História	
ANO DE IMPLANTAÇÃO	1997	
CAMPUS	Paranavaí	
CENTRO DE ÁREA	Centro de Ciências Humanas e da Educação - CCHE	
CARGA HORÁRIA	Em horas/aula: 3.840	Em horas/relógio: 3.200
HABILITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Bacharelado
REGIME DE OFERTA	<input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).	

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE	40 vagas	
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	<input type="checkbox"/> Matutino	Número de vagas:
	<input type="checkbox"/> Vespertino	Número de vagas:
	<input checked="" type="checkbox"/> Noturno	Número de vagas: 40
	<input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas:

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

O Projeto Pedagógico do Curso de História (Licenciatura) da UNESPAR *Campus* de Paranavaí tem como prerrogativa as Diretrizes Curriculares Nacionais, instituídas pela Resolução nº13/2002- CNE/CES, publicadas no Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33.

O Curso iniciou-se em 01 de março de 1997 – na antiga Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA) –, com o Parecer de autorização nº161/96-CEE de 09 de agosto de 1996 e Decreto nº1.215 de 05 de dezembro de 1996, e foi reconhecido através do Parecer nº267 de 12 de setembro de 2001 e do Decreto nº4.983 de 08 de novembro de 2001. Obteve a segunda renovação de reconhecimento pelo Parecer nº94/2010-CEE/CES de 10 de maio de 2010 e do Decreto nº7.041/2010 de 12 de maio de 2010.

Através do Parecer nº210/10 de 05 de outubro de 2010, foi aprovado a alteração do projeto pedagógico do curso, em consonância com a seguinte legislação: (I) Decreto Federal nº5.626/05, que regulamenta a Lei Federal nº10.436/02, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei Federal nº10.098 de 19 de dezembro de 2000; (II) Deliberação nº4/2006-CEE/PR, que estabelece normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africana; (III) Resolução CNE/CES nº 3/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula; e (IV) Deliberação nº2/2009-CEE/PR, que estabelece normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior.

A mais recente renovação de reconhecimento do Curso de História do *Campus* de Paranavaí, como Licenciatura ofertada no âmbito da UNESPAR, está no Parecer CEE/CES nº132/15 de 08 de dezembro de 2015, e, além da legislação supracitada, atendeu as seguintes normativas: (I) Parecer nº 23/2011-CEE/CES-PR, que estabelece a inclusão de Língua brasileira de Sinais (LIBRAS) como obrigatória para cursos de Licenciatura; (II) Deliberação nº 04/2013-CEE/PR, que fixa as Normas estaduais para a Educação Ambiental; e (III) Deliberação nº02/2015-CEE/PR, que estabelece normas estaduais para a Educação em Direitos Humanos.

O presente Projeto Pedagógico de Curso, além de alteração na matriz curricular, tem o objetivo cumprir a Resolução nº02/2015-CNE/CP – que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em nível superior e para a formação continuada –, sobretudo com relação à adequação das horas acadêmicas efetivamente trabalhadas.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto Pedagógico do Curso de História (Licenciatura) constitui-se como proposta de alteração do projeto do curso em funcionamento, mais precisamente na mudança de sua grade curricular, inclusão de Trabalho de Conclusão de Curso e adequação às horas acadêmicas efetivamente trabalhadas.

Ainda que o Parecer CEE/CES nº 132/15 de 08 de dezembro de 2015 conceda renovação ao curso até maio de 2020, os trabalhos e reflexões realizadas pelo Núcleo Docente do Colegiado apontaram para a proposta de reformulação curricular pois entende que há a necessidade de solução de problemas detectados no currículo atual, tendo em vista também adequá-lo ao processo de formação de profissional de História, de quem se exige uma compreensão do fazer histórico, alicerçada nas teorias e métodos historiográficos que se renovam, mas sem perder do horizonte o homem enquanto ser social que produz e, ao mesmo tempo, é produto da história. Nesse sentido, foram ampliadas horas de Teorias da História, adjunto a isto, foi incluída a disciplina de História e Ciências Sociais para estabelecer um diálogo interdisciplinar entre historiografia, sociologia, antropologia e ciência política.

O Núcleo Docente Estruturante também concluiu que para uma melhor formação de professor de História é necessária a inclusão da disciplina *Didática da História*. As pesquisas que se têm desenvolvido sobre o Ensino de História apontam para a valorização da didática própria à História, principalmente por se constituir como área do conhecimento fundamental para refletir sobre o processo de aprendizagem relacionado às experiências do/no/sobre o tempo, isto é, sobre a consciência histórica, sobretudo por contemplar reflexão e crítica sobre a teoria do ensino e aprendizagem histórica (Schmidt; Barca; Martins, 2014). Importa considerar que esta disciplina será ofertada no segundo ano do curso, e visa também fortalecer as metodologias, didáticas e fundamentos do ensino de história, que são trabalhados nos anos posteriores do curso, quais sejam: *Ensino de História no Ensino Fundamental* – terceiro ano – e *Ensino de História no Ensino Médio* – no quarto ano –, ambas vinculadas aos *Estágios* supervisionados obrigatórios para a educação básica; adjunto a isto, ainda foi incluída a disciplina *História da Legislação educacional e das Políticas Públicas para a Educação no Brasil* no terceiro ano do curso. Ainda visando fortalecer a formação docente, de professor-pesquisador, foi incluído também no último ano o Trabalho de Conclusão de Curso, cuja finalidade será pesquisa na área de Ensino de História.

Não só isso, para atender a legislação –Deliberações nº 04/2013 e nº02/2015 do CEE/PR – foram inseridas no rol das disciplinas optativas as disciplinas de *História Ambiental e História e Direitos Humanos*.

O presente Projeto Pedagógico de Curso, para atender a Resolução nº02/2015-CNE/CP, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em nível superior e para a formação continuada, fez a adequação das horas de efetivo trabalho acadêmico, isto é, 3.200 (três mil e duzentas) horas – que equivale a 3.840 (três mil oitocentas e quarenta) horas/aula. Ainda em consonância com esta resolução, foi criada como obrigatória a disciplina *História da Legislação educacional e das Políticas Públicas para a Educação no Brasil* (já mencionada acima).

Portanto, o Projeto Pedagógico de Curso aqui fundamentado, além de atender aos princípios emanados das leis e normas federais e estaduais, corresponde às necessidades advindas para atender as demandas atuais no campo de atuação do professor-pesquisador na área de História.

CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

Fundamentação teórica

“Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial” (Marx, 2015, p. 25-26 – *18 brumário de Luís Bonaparte*)

“A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (Marx e Engels, 2016, p. 40, *Manifesto Comunista*)

O presente Projeto Pedagógico do Curso de História (Licenciatura) UNESPAR *Campus* de Paranavaí parte do pressuposto que o processo de formação do profissional de História (professor-pesquisador) deve se fundamentar em um referencial teórico claro para pensar a História, e somente a partir disto definir o *corpus* historiográfico pretendido. Nesse sentido, a escolha das epígrafes acima não foi por acaso. Tal ponto de partida estabelece uma definição clara do objeto e daí aos conceitos que, construídos e reconstruídos cientificamente a partir da dialética da história, a realidade em movimento,

garantem coerência e operacionalidade às atividades de análise e interpretação da ação humana no devir histórico.

A compreensão da história depende da compreensão dessa dinâmica; de acordo com E. P. Thompson (1980, p. 58):

Não se trata da observação de fatos isolados *em série*, mas de *conjuntos* de fatos com suas regularidades próprias; da repetição de certos tipos de acontecimento; da congruência de certos tipos de comportamento em diferentes contextos – em suma, das evidências de formações sociais sistemáticas e de uma lógica comum do processo. [...] Ao investigar a história não estamos passando em revista uma série de instantâneos, cada qual mostrando um momento do tempo social transfixado numa única pose: pois cada um desses instantâneos não é apenas um momento do ser, mas também um momento do vir-a-ser: e mesmo dentro de cada seção aparentemente estática, encontrar-se-ão contradições e ligações, elementos subordinados e dominantes, energias decrescentes ou ascendentes. Qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro.

Nesse sentido, o conhecimento histórico – a partir do exercício do historiador e/ou do professor de história – é fundamental para que os homens tenham consciência de seu passado. Isto se dá quando se efetiva, ou se entende, a relação entre passado-presente-futuro, e daí a importância da ciência da história: primeiro, analisar a natureza do “sentido” – aqui entendido como compreensão lógica – do passado, e, em seguida, localizar/entender as mudanças e transformações que são o movimento desse passado. (Hobsbawm, 2005).

Uma síntese desta lógica da história pode ser tomada a partir do seguinte excerto:

Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. Mencionar essa lógica não é, decerto, proclamar que ela esteja sempre evidente na prática de todo historiador, ou na prática de qualquer historiador durante todo o tempo. (A história não é, penso eu, a única a quebrar seus próprios juramentos). É, porém, dizer que essa lógica não se revela involuntariamente; que a disciplina exige um preparo árduo; e que três mil anos de prática nos ensinaram alguma coisa. É dizer que é essa lógica que constitui o tribunal de recursos final da disciplina: *não* – por favor, notem – a “evidência” por si mesma, mas a evidência interrogada dessa maneira (Thompson, 1980, p. 49).

Portanto, o passado não é entendido em seus próprios termos, pois ele mesmo é parte do processo histórico, processo este que permite a análise do passado, mas somente em categorias historiográficas que permitem entender a dinâmica própria da história:

Os historiadores serão tentados, a meu ver acertadamente, a escolher uma determinada relação ou complexo de relações como central e específico da sociedade (ou tipo de sociedade) em questão, e a agrupar o resto da abordagem ao seu redor [...]. Uma vez estabelecida a estrutura, ela deve ser vista em seu movimento histórico. Na dicção francesa, a “estrutura” deve ser vista na “conjuntura”, embora este termo não deva ser considerado como excluindo outras formas e padrões de mudança histórica, talvez mais relevantes. [...] As tensões às quais a sociedade está exposta no processo de mudança histórica e transformação permitem então que o historiador exponha, em primeiro lugar, o mecanismo geral pelo qual as estruturas da sociedade tendem simultaneamente a perder e restabelecer seus equilíbrios e, em segundo lugar, os fenômenos que tradicionalmente são o tema de interesse dos historiadores sociais, como, por exemplo, consciência coletiva, movimentos sociais e a dimensão social das mudanças intelectuais e culturais (Hobsbawm 2005, p. 94).

Importa considerar que o entendimento teórico da história como sistema de relações sociais tendo como finalidade a produção/reprodução deixa explícito que a tarefa colocada ao Curso de História se pauta na análise da estrutura e funcionamento desses sistemas, marcados por contradições, lutas de classes, entre outros. Na obra *A ideologia Alemã* pode-se observar que:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aqueles por ele já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica (Marx; Engels, 2009, p. 86-7).

Entender o passado como um processo de mudanças implica deixar enfatizado o problema central da própria história. Não só isso, o entendimento deste problema é o que instiga o próprio pensamento historiográfico, e é o que legitima a sua função social enquanto graduação acadêmica uma vez que este é o *locus* específico da ciência da história.

Assim, o rol de disciplinas específicas do conhecimento histórico, deve dar ênfase à análise da construção histórica dos conceitos e categorias analíticas internas e externas fundamentais à historiografia e também ao problema dos recortes temporais e espaciais.

O processo de formação do historiador/professor refere-se fundamentalmente à análise, interpretação e compreensão da ação humana no tempo, sejam elas econômicas, políticas, culturais, sociais, entre outras, pois, o espaço do historiador no âmbito das

Ciências Humanas e Sociais é instaurado e construído com a utilização de instrumentos de trabalho que são definidos por uma característica principal, qual seja:

Seu objeto constitui-se, assim, de tema, periodização e da interpretação correspondente. Ao estabelecer tema e periodização, dá o passo inevitável na identificação do objeto, sua localização no tempo e no espaço: o que é, quando e onde foi. Tal resultado é obtido através de uma operação analítica especializada, que se apoia em certezas muito determinadas (os fatos e o seu contexto ou conjunto de fatos), que, por sua vez, se apoiam em provas válidas (o documento). A certeza de que o objeto existiu (ou simplesmente ocorreu) fundamenta-se nesta prova ou numa outra manifestação dele, o que significa ser este objeto uma coisa idêntica consigo mesma. Por isso, também a realidade histórica aparece, em escala ampliada, como algo recortado, único e singular, uma unidade idêntica a si mesma, com sua vida própria. Entretanto, não é capaz de falar espontaneamente por si própria, a menos que se contente em ter apenas um mero registro de descrição do real acontecido. Somente seria possível conhecê-la graças à perspectiva aberta pelo observador e justamente aqui a interpretação ganha um papel decisivo e complexo, com seus critérios de análise e seus princípios (Marson, s/d, p. 42).

Esses estudos, análises e interpretações devem constituir a base para a construção, ao mesmo tempo, de um objeto e uma disciplina (a História) que não seja somente uma parcela independente do saber em geral, mas, seja pertinente à totalidade concreta e objetiva do real. Assim, a partir de um objeto e de um objetivo comum, pode-se partir em direção à articulação entre as disciplinas que compõem o currículo do curso, fazendo com que elas se constituam em um conjunto coerentemente integrado.

Acredita-se que, a partir desses pressupostos, o acadêmico terá o domínio das teorias, metodologias e técnicas de pesquisa em História, instrumentos necessários para a produção do conhecimento científico. Para tal, o presente Projeto Pedagógico de Curso organizou suas diretrizes curriculares articulando o conhecido próprio da ciência da história e a formação de professores de história.

Diretrizes curriculares

A nova matriz curricular será composta de disciplinas obrigatórias e optativas totalizando 3.840 horas (hora/aula), distribuídas em 04 (quatro) anos letivos.

No primeiro ano, os acadêmicos terão um total de 720 horas/aula em disciplinas obrigatórias ofertadas pelo Colegiado de História.

No segundo ano, os discentes terão 648 horas/aula em disciplinas obrigatórias e mais 72 horas/aula em disciplinas optativas – divididas em 36 horas/aula por semestre. Ao todo, cursarão 720 horas/aula, e todas ofertados pelo Colegiado de História.

No terceiro ano, os acadêmicos terão 648 horas/aula em disciplinas obrigatórias e mais 72 horas/aula em disciplinas optativas – divididas em 36 horas/aula por semestre. Além destas disciplinas, terão 240 horas/aula destinadas ao Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental. No total, serão 960 horas/aula, e todas ofertadas pelo Colegiado de História.

No quarto e último ano, os discentes terão de cumprir 648 horas/aula de disciplinas obrigatórias ofertadas pelo Colegiado de História; além destas disciplinas, terão 240 horas/aula destinadas ao Estágio Supervisionado no Ensino Médio, e mais 72 horas/aula de disciplina obrigatórias ofertada pelo Colegiado de Letras. No último ano os acadêmicos também serão obrigados a cumprir o Trabalho de Conclusão de Curso, que equivalerá a 240 horas/aula. No total, serão 1.200 horas/aula.

Com relação ao Estágio Supervisionado (nos Ensinos Fundamental e Médio), o discente deverá seguir as seguintes normativas do Colegiado de História: (1º) estar aprovado na disciplina Didática da História – ofertada no segundo ano – para poder realizar as disciplinas de Estágio; (2º) os estágios serão orientados e supervisionados por docente(s) do Colegiado de História; (3º) somente poderá realizar o Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental quem estiver matriculado e frequentando a disciplina de Ensino de História no Ensino Fundamental; (4º) somente poderá realizar o Estágio Supervisionado no Ensino Médio quem estiver matriculado e frequentando a disciplina de Ensino de História no Ensino Médio; e (5º) os Estágios serão realizados no contraturno, isto é, no período matutino e/ou vespertino.

Com relação ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cabe destacar as seguintes normativas: (1º) é pré-requisito estar aprovado nas disciplinas Metodologia da Pesquisa em História e Introdução aos Estudos Históricos – ofertadas no primeiro ano –, assim como estar aprovado em Teorias da História I – ofertada no segundo ano; (2º) apresentar e defender o trabalho em Banca Examinadora; (3º) estar em condições de concluir o Curso de História no ano em produzirá e defenderá o Trabalho de Conclusão de Curso.

As atividades práticas serão desenvolvidas em disciplinas específicas e complementares às disciplinas teóricas, conforme estabelecido na matriz curricular, buscando-se eliminar a dicotomia entre teoria e prática. As práticas serão desenvolvidas em todas as séries e terão caráter obrigatório.

A estrutura curricular do curso de História está centrada em torno de 07 (sete) núcleos formativo-pedagógicos, quais sejam: (1) introdução geral, (2) conhecimentos específicos, (3) formação de interesses, (4) estágios curriculares supervisionados I e II, (5) atividades práticas, (6) atividades complementares e (7) Trabalho de Conclusão de Curso.

Cabe ressaltar que estes núcleos estão fundamentalmente voltados para a formação docente para o ensino de História, articulando e interagindo com as demais áreas das Ciências Humanas e Sociais.

O núcleo de *Introdução Geral* constitui-se de uma formação ampla, básica e introdutória para o conhecimento histórico, em que o graduando terá acesso a conhecimentos gerais em disciplinas como: Introdução aos Estudos Históricos, Metodologia da Pesquisa em História, História e Ciências Sociais e Introdução à Filosofia. Esse núcleo objetiva inserir o discente no conhecimento historiográfico e das disciplinas interdisciplinares à História, aproximando-o de outros ramos do conhecimento, haja vista que as transformações verificadas na Historiografia apontam para uma maior interação e articulação entre a História e as demais Ciências Humanas e Sociais e a Filosofia. Nesse núcleo o acadêmico deverá perfazer 288 horas/aula.

O núcleo de *Conhecimentos Específicos* constitui-se em disciplinas de conteúdos próprios do conhecimento histórico, isto é: Teorias da História I e II, Didática da História, História da Legislação educacional e das Políticas Públicas para a Educação no Brasil, História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea I e II, História do Brasil Colônia, História do Brasil Império, História do Brasil República I e II, História do Paraná, História da América I e II, História da África e História dos povos indígenas e afro-brasileiros – esta última, atendendo as leis 10.639/2003 e 11.645/08, que determinam a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial. Nesse núcleo, o acadêmico deverá perfazer 2.232 horas, sendo 2.088 horas/aulas teóricas e 144 horas/aula de atividades práticas.

O núcleo de *Formação de Interesses* constitui-se de disciplinas direcionadas a possibilitar uma formação que corresponda de maneira significativa aos interesses próprios do acadêmico em aprofundar conteúdos que considere importantes para sua profissionalização. Serão ofertadas, nos segundo e terceiro anos, disciplinas de livre escolha denominadas na matriz curricular como *Optativas*. Estas optativas serão de oferta semestral e simultaneamente (em mesmo horário) para as duas turmas; portanto, cada acadêmico deverá se matricular em uma optativa por semestre, totalizando 4 (quatro) optativas no total (ao longo das duas séries). A cada semestre serão ofertadas no mínimo 3

(três) disciplinas optativas de acordo com suas opções, independentemente da série que estiverem cursando. Caracteriza-se dessa forma, uma flexibilização curricular, pois o acadêmico terá a possibilidade de cursar 04 disciplinas de sua livre escolha. Para garantir a múltipla possibilidade curricular, uma mesma disciplina optativa não poderá ser ofertada em anos letivos consecutivos. O número de disciplinas ofertadas nesse núcleo garante que o acadêmico possa complementar sua formação em áreas afins, ou aprofundar conhecimentos específicos da História, lhe possibilitando obter o perfil profissional que melhor lhe convier, isto é, a matriz curricular permitirá ao graduando criar sua própria trajetória acadêmica no curso. Nesse núcleo, o acadêmico deverá perfazer um total de 144 horas/aula.

O núcleo de *Estágios Curriculares Supervisionados I e II* compreende um total de 480 horas/aula. Esse núcleo exige uma aproximação maior com os Núcleos Regionais de Educação, com as Secretarias e Diretorias Municipais de Educação e fundamentalmente com os professores de História do Ensino Fundamental e Médio, objetivando facilitar o desenvolvimento dos estágios. Fazem parte deste núcleo as disciplinas de Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental e Estágio Supervisionado no Ensino Médio. (O regulamento pode ser conferido no Anexo I).

O núcleo de *Atividades Práticas* diz respeito àquelas atividades que visam oferecer aos alunos a oportunidade de vivenciar a prática docente. Dessa forma, desde o primeiro ano do curso os mesmos são levados a elaborar a transposição didática de conteúdos das disciplinas de conhecimentos específicos através de aulas simuladas, pesquisas de campo, análise documental, entre outros. Importa considerar que estas atividades foram inseridas nas disciplinas que possuem 144 horas/aula, e representam 12 horas/aula deste total. Além disso, as disciplinas Didática da História, Ensino de História no Ensino Fundamental e Ensino de História no Ensino Médio servirão de suporte para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas ao ensino de História.

O núcleo de *Atividades Acadêmicas Complementares* constitui-se na obrigatoriedade de os acadêmicos realizarem um total de 240 horas/aula (equivalente a 200 horas/relógio) em atividades complementares, tais como: participação em seminários, congressos, colóquios, cursos de extensão, minicursos, atividades culturais e cívicas, entre outras. (O regulamento pode ser conferido no Anexo III).

Por fim, o núcleo de *Trabalho de Conclusão de Curso* diz respeito ao trabalho monográfico de caráter científico historiográfico e/ou artigo científico que os acadêmicos obrigatoriamente deverão fazer e expor em banca examinadora. O objetivo é fazer com que

o acadêmico de história produza texto historiográfico com temática na área de Ensino de História. Nesse núcleo, ao todo são 240 horas/aula. (O regulamento pode ser conferido no Anexo IV).

Além dos núcleos acima descritos, será ofertada de maneira obrigatória no quarto ano do Curso, para o atendimento de demandas sociais preconizadas pela legislação vigente – conforme Parecer nº 23/2011-CEE/CES-PR –, a disciplina Introdução à Libras.

Cabe destacar, que esses núcleos visam integrar as dimensões teóricas e metodológicas num processo contínuo de articulação entre a teoria e a prática no processo de ensino e aprendizagem, através da busca e apreensão dialética sobre a verdade nas Ciências Sociais e Humanas.

Nesse sentido, busca-se articular e integrar a trajetória educativa do acadêmico como princípio dinamizador da construção pessoal-coletiva e interdisciplinar do conhecimento do futuro profissional de História, visando tornar *o vivido pensado e o pensado em vivido*. De acordo com István Mészáros (2005, p 58-59): “os princípios orientadores da educação formal devem ser desatados do seu tegumento da lógica do capital, de imposição de conformidade, e em vez disso mover-se em direção a um intercâmbio ativo e efetivo com práticas educacionais mais abrangentes”.

Isto se constrói na articulação e como busca de compreensão da totalidade na formação do profissional de História (professor/pesquisador) por meio da integração do projeto pedagógico do curso com um projeto democrático de sociedade.

Princípios norteadores do Curso de História

A matriz curricular do curso de História objetiva uma formação pluralista, generalista e holística do historiador. Busca-se, através de ações acadêmicas que articulam o ensino, a pesquisa e a extensão. Para tanto, os princípios norteadores do curso enunciam os seguintes compromissos do Colegiado de História:

Em relação à Instituição: (1) fortalecer a Instituição, através do ensino, da pesquisa e da extensão, articulando ações voltadas para o ensino público, gratuito, laico e de qualidade; (2) promover e fortalecer eventos acadêmicos através de encontros, simpósios, seminários e outras atividades; e (3) estimular e viabilizar a participação de docentes e discentes do curso de História nos eventos estaduais e nacionais de pesquisadores do Ensino de História, da ANPUH, e de outras instituições e organizações, do Paraná, do Brasil e da América Latina.

Em relação ao Ensino: (1) consolidar uma política de apoio ao aperfeiçoamento da formação acadêmica, objetivando ampliar a qualidade de ensino ofertada; (2) avaliar e reavaliar os recursos e conteúdos curriculares, a fim de consolidar uma formação acadêmica competente, ética e socialmente relevante; (3) desenvolver políticas visando a ampliação e participação dos alunos nas diversas atividades acadêmicas, tais como: monitoria, iniciação científica, Laboratórios e Núcleos de Estudos, seminários, congressos, e outras atividades afins; (4) incentivar e valorizar a produção científica docente e discente como parte integrante entre os processos de ensino e de aprendizagem; e (5) assegurar o respeito à diversidade teórica e à livre manifestação do pensamento acadêmico, estimulando o debate científico respaldado em princípios éticos.

Em relação à Pesquisa: (1) proceder à otimização de meios para obter recursos junto às instituições de fomentos; (2) apoiar a disseminação e desenvolvimento de projetos de pesquisa na região do Arenito Caiuá; (3) incentivar e viabilizar o desenvolvimento de projetos em parceria com as Secretarias de Estado, Municípios, Instituições da Sociedade Civil entre outras; (4) fomentar o intercâmbio científico-cultural, viabilizando conferências com professores pesquisadores de outras IES; (5) fomentar, disseminar e fortalecer a pesquisa docente e discente, como parte integrante e indissociável do processo educativo; (6) apoiar eventos que estimulem e aprofundem discussões epistemológicas e metodológicas da ciência da História; (7) estimular e fortalecer o debate sobre a qualificação de pesquisadores nas diversas áreas de atuação da ciência da História; (8) estimular a reflexão, a pesquisa e a ação docente, como prática acadêmica; (9) estimular a participação docente e discente em eventos acadêmicos e científicos realizados por outros departamentos da Instituição; (10) realizar eventos em parceria com outros departamentos, visando ao fortalecimento do processo multidisciplinar na Instituição.

Em relação à Extensão: (1) promover atividades de extensão junto à comunidade externa, articulando teoria e prática pedagógica; (2) através do Estágio Curricular Supervisionado, implementar ações junto à comunidade escolar externa, assegurando sólida formação e compromisso com a articulação entre a teoria e a prática; (3) fomentar instrumentos que viabilizem a comunicação do curso com as Instituições de Ensino em diferentes níveis; (5) dar continuidade ao Seminário de História, pois são importantes instrumentos para a mediação entre a academia e a comunidade externa; (6) estimular e valorizar o processo de Iniciação Científica, articulado com ações externas.

A rigor, a incumbência do Curso de História é formar indivíduos críticos e profissionais capacitados ao exercício da docência em História, e que sejam capazes de

atuar eticamente na construção de uma educação emancipadora e de uma sociedade mais justa e igualitária.

Aspectos sócio-históricos de Paranavaí e Região

A UNESPAR *Campus* de Paranavaí está situada na mesorregião noroeste do Estado do Paraná. As atividades produtivas predominantes nesta mesorregião são agroindustriais (pecuária, soja, laranja, trigo, milho, mandioca, frangos, cana-de-açúcar, pesca e outras de menor expressão). O *campus* de Paranavaí atende alunos dos municípios que compõe a Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense (AMUNPAR): Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaçá, Inajá, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paranavaí, Parapapoema, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antonio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Terra Rica. Além disso, o *campus* universitário recebe alunos de outras dezenas de municípios da mesorregião noroeste do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

A mesorregião do noroeste paranaense faz parte de uma vasta região do Paraná cuja ocupação e colonização em larga escala foi deflagrada a partir da década de 1940. Nas primeiras décadas da colonização a atividade produtiva era monopolizada pela economia cafeeira. Esta atividade demandava muita mão de obra, o que promoveu uma grande concentração demográfica composta de imigrantes de várias partes do mundo e de migrantes vindos de várias regiões do Brasil.

Contudo, após a grande geada ocorrida em 1975 que levou ao quase extermínio das lavouras cafeeiras, observa-se uma mudança no perfil econômico da região, pois com a erradicação do café vieram as lavouras de monoculturas, as máquinas (tratores, semeadeiras, colheitadeiras entre outras). O resultado foi um intenso êxodo rural que provocou uma alteração na relação campo e cidades. Os antigos trabalhadores da lavoura cafeeira foram expulsos do campo e também da região, pois tiveram que migrar para as grandes cidades e para outras regiões de novas fronteiras agrícolas.

Este processo ocasionou uma drástica redução da população em toda a mesorregião noroeste, pois em todos os municípios observa-se um esvaziamento demográfico no meio rural. O contraste com as décadas de crescimento demográfico do início da ocupação se tornou evidente. Nas décadas de 1980 e 1990 a maioria das cidades da mesorregião apresentaram um leve crescimento urbano, mas no conjunto o crescimento

foi negativo, pois as perdas populacionais no meio rural foram elevadas. Entretanto, nos últimos vinte anos é possível observar que vários municípios tiveram redução da população urbana.

Nas décadas em que a cafeicultura era a base da economia da mesorregião noroeste, havia uma maior participação da região no PIB do Paraná. Afinal, além de o café ser um excelente produto para a balança comercial via exportação, o mesmo ainda estimulava o processo de industrialização regional. Havia as torrefações de café, as fábricas de sacarias e barbantes para transportar o produto da lavoura para a secagem em terreiros de terra, ladrilhados com tijolos ou pavimentados, terreiros suspensos ou secadores mecânicos, depois para o armazenamento. Evidentemente que a expansão da lavoura cafeeira também estimulava o desenvolvimento de um mercado consumidor regional que demandava uma expansão comercial e industrial de alimentos, ferramentas, madeiras, tijolos entre outras.

A economia cafeeira gerava trabalho e emprego na área rural (preparação da terra, cultivo, poda, colheita, secagem e armazenamento), mas também no meio urbano (ensacadores e movimentadores de cargas, beneficiadores, motoristas, selecionadores manuais de grãos entre outros).

Nesse sentido, as cidades da região cresceram econômica e demograficamente junto com a expansão cafeeira. O declínio da economia cafeeira trouxe sérias consequências não só para o campo, mas também para as cidades, afinal muitas atividades desapareceram junto com o café. Muitos comerciantes e industriais foram à falência. De fato, houve um processo de desindustrialização da região. Outro fator relevante foi a drástica redução de pequenas propriedades decorrente da “modernização do campo”, com a introdução das monoculturas.

Nas últimas décadas ficou evidente o processo de concentração das indústrias paranaense na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e um processo de esvaziamento industrial do interior do Estado. Em 1985 a participação da RMC empregava mais de 50% dos trabalhadores industriais do Paraná. O processo de concentração da indústria na RMC se deu à custa do esvaziamento industrial do interior do Estado. Os maiores investimentos do capital no território paranaense têm ocorrido naquela região. O processo de concentração industrial estimulou a concentração populacional na região de Curitiba, o inverso ocorreu no interior do Estado, salvo poucas exceções (Verri, 1998).

A região de Paranaíba é uma das que tem menor valor adicionado da indústria de transformação. Afinal, nas últimas décadas, enquanto cresceu a participação percentual da indústria da RMC na economia do Estado, a agroindústria teve sua participação reduzida

drasticamente. A região do norte novíssimo, onde está Paranavaí, participava em 1985 com 1,5% da distribuição do valor agregado da indústria de transformação do Paraná, e caiu para 0,8% em 1990, o que equivale a uma redução de -46,67% entre 1985-90, 0,6% em 1994, o que equivale a uma redução de -60% entre 1985-94 e de -44% entre 1990-94. Ressalte-se que a redução na participação do interior se verificou na maioria das regiões do Estado (Verri, 1998).

De fato, o padrão de desenvolvimento da região não conseguiu dar sustentação à população dos municípios, pois a grande maioria de municípios de médio e pequeno portes apresentaram “contínuos fluxos de evasão rural, ao mesmo tempo em que se constata decrescimentos (ou taxas pouco superiores a zero) da população urbana em muitos deles. Essa dinâmica torna evidente que o Noroeste conforma uma espacialidade de esvaziamento” (IPARDES, 2004, p. 33).

O IPARDES em 2004 já apontava a tendência de se manter essa conformação, pois estava em andamento na região um processo de reestruturação modernizadora com padrões que visavam uma maior seletividade e exclusão, que apontava para o aumento do esvaziamento do campo e no grau de urbanização, “porém sem avanços em termos de qualificação, complexidade e sofisticação funcional de sua estrutura urbana” (IPARDES, 2004, p. 33).

O fato concreto é que necessário entender a realidade municipal do ponto de vista econômico e social. Sendo assim, a realidade social regional apresenta-se como precária, pois há muito desemprego e a realidade salarial é muito baixa. Embora a região tenha apresentado melhoras no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ainda permanece em sexto lugar entre as regiões do Estado.

Ainda que a realidade aponte para a concentração de renda e pobreza da Região, importa considerar que existe uma significativa potencialidade educativa regional, sobretudo porque a formação de professores passa a representar um caminho profissional atraente, inclusive de superação da própria pobreza da classe operária, ainda que dentro dos limites da carreira docente.

Quanto à possibilidade do trabalho docente, a abrangência do Núcleo Regional de Educação de Paranavaí contempla um total de 46 escolas: 4 em Alto Paraná, 1 em Amaporã, 2 em Cruzeiro do Sul, 2 em Guairaçá, 2 em Inajá, 1 em Itaguajé, 1 em Jardim Olinda, 1 em Mirador, 1 em Nova Aliança do Ivaí, 5 em Nova Esperança, 1 em Paraíso do Norte, 2 em Paranacity, 1 em Paranapoema, 13 em Paranavaí, 1 em São Carlos do Ivaí, 1 em Santa Inês,

1 em São João do Caiuá, 1 em Santo Antônio do Caiuá, 1 em Tamboara, 3 em Terra Rica e 1 em Uniflor.

Com base nesta realidade, o curso de Licenciatura em História da Unespar - *Campus* de Paranavaí atende ao campo específico da instrução escolar da Região Noroeste do Estado do Paraná ao formar professores de História para a Educação Básica.

Objetivos

O curso de História tem como objetivo formar professores para o exercício do magistério em todos os níveis, nas diversas concepções teóricas e metodológicas da História, que referenciem a construção de categorias para a análise, investigação e interpretação das relações socialmente produzidas pelo homem em seu devir histórico.

Deve-se privilegiar a problematização da constituição de diferentes relações de tempo e espaço, através da comparação entre os pressupostos das principais escolas historiográficas, de modo a distinguir as diferentes narrativas, metodologias e teorias da História.

Nesse sentido, o curso transitará entre a História e as demais Ciências Humanas e Sociais, delimitando seus campos específicos e demarcando o que é próprio do conhecimento histórico, produzindo conhecimentos científicos, através do ensino e da pesquisa, difundindo-os nas Instituições de Ensino em seus diferentes níveis. Privilegiar-se-á também a integração, a interdisciplinaridade, o trabalho coletivo, a autonomia, a cooperação e a solidariedade por meio da extensão.

O curso deve formar o profissional de História comprometido politicamente com a realidade brasileira; engajado no processo de transformação social, capaz de agir nos diferentes espaços e ambientes que exijam a sua presença.

Portanto, o curso de História formará profissionais que atuarão na difusão e análise crítica dos processos históricos tendo como base o conjunto de registros das sociedades humanas no tempo. Dessa forma, seja como professor de História ou como pesquisador, o historiador é o profissional responsável pela preservação e divulgação do conjunto da experiência humana – cultural, política, econômica e social – para as novas gerações.

O curso de licenciatura em História, em conformidade com as determinações da Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem como objetivos específicos:

- Habilitar profissionais para o exercício do magistério em todos os níveis, com ênfase na educação básica;

- Formar professores pesquisadores para o desempenho de práticas pedagógicas;
- Preparar professores capazes de transmitir o conhecimento histórico de forma articulada com a pesquisa e a prática docente;
- Oportunizar condições para o desenvolvimento de reflexões teórico-metodológicas necessárias para que o educando possa atuar e contribuir criticamente no processo de elaboração de projetos político-pedagógicos escolares;
- Criar e manter uma dinâmica de formação profissional de qualidade crescente, fundada na indissociável relação entre teoria e prática;
- Formar profissionais capazes de atuar junto à educação básica, em suas diferentes modalidades (Movimentos Sociais, Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos, Educação a Distância, Arte e Educação, Informática na Educação e no Ensino de História e outras), com a responsabilidade que a profissão exige;
- Refletir e intervir, para a melhoria do sistema educacional e a qualidade de vida, atentando para as particularidades locais e regionais;
- Trabalhar com o aluno, compreendendo-o no contexto sócio-econômico enquanto ser com experiências e vivências múltiplas: sociais, cognitivas, religiosas, políticas e culturais;
- Transmitir e produzir conhecimentos sistematizados a partir do qual o futuro profissional da área se tornará apto a definir e assumir um projeto social comprometido com a construção efetiva da cidadania e da democracia, alargando o espaço público;
- Relacionar teoria e prática tendo como referência a categoria trabalho como atividade fundante e essencial do ser social, articulando com suas diferentes formas (simbólicas, culturais, mentalidades, entre outras) para nortear sua ação pedagógica.

METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O curso de História (Licenciatura) da UNESPAR *Campus* de Paranavaí atende às exigências da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que em seu artigo 62 estabelece que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

A partir disto, e conforme o consignado no Parecer nº 492/2001 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, este Curso de História do *Campus* Paranavaí, estabelece que os acadêmicos, futuros profissionais de História, deverão compreender que:

a História sempre manteve a sua especificidade como área do conhecimento. Especificidade esta que não tem a ver tanto com o objeto - em termos gerais, comum a todas as ciências humanas e sociais - mas, sim, com uma forma particular de lidar com as temporalidades e com a exigência de uma formação específica que habilite o profissional de História a um trabalho com variadas fontes documentais, respeitando em cada caso os parâmetros sociais e culturais de seu contexto de formação época a época.

O curso será dinamizado em 36 semanas letivas, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas-aula. A carga horária proposta totaliza 3.840 horas/aula, incluindo 240 horas/aula (ou 200 horas/relógio) de atividades acadêmicas complementares que os acadêmicos deverão realizar participando de congressos, seminários, simpósios, projetos de iniciação científica, projetos de ensino e/ou extensão, e outras atividades de seu interesse (essas atividades deverão ser reconhecidas pelo Colegiado de História). Tal condição estrutural, permite que o currículo clássico (disciplinas de formação geral) e ao mesmo tempo dinâmico com a flexibilidade na formação do acadêmico (disciplinas de formação diferenciada e optativas) – organizado em torno de sete núcleos formativo-pedagógicos (introdução geral, conhecimentos específicos, formação de interesses, estágios curriculares supervisionados I e II, atividades práticas, atividades complementares e Trabalho de Conclusão de Curso) conforme apresentado supra nas diretrizes curriculares do Curso.

Constitui-se também como currículo que não se limita apenas às atividades de sala de aula, mas articula teoria com a prática, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, portanto, envolve um conjunto de ações sócio-políticas, técnicas e pedagógicas relativas à formação profissional de professor-pesquisador de História.

O cumprimento da formação de professor pesquisador realiza-se em duas frentes simultâneas: (1º) aprendizagem de temáticas e das categorias teóricas da história/historiografia, e (2º) aprendizagem de transposição didática e exercício da docência a partir de disciplinas direcionadas ao “como ensinar” a história: Didática da História, Ensino de História no Ensino Fundamental, Ensino de História no Ensino Médio,

e os Estágios Supervisionados nos ensinos Fundamental e Médio, assim como 144 horas/aula de atividade práticas distribuídas ao longo de disciplinas obrigatórias.

O curso de História tem como premissa a formação de profissionais (historiadores/professores) e cidadãos críticos, a partir do processo de ensino-aprendizagem, pois durante o seu transcurso os acadêmicos são levados a refletir o conhecimento produzido e acumulado pela humanidade em seu devir histórico. Esse conhecimento é construído e reconstruído por *corpus* teórico em suas multiplicidades e diversidades culturais e conceituais, através da interpretação e problematização da História, pois as narrativas são sempre formas de representação do real, e nunca o real em si mesmo.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem em História está alicerçada em dois pilares, quais sejam: o conceito de avaliação e as especificidades das capacidades cognitivas afetas à disciplina de História. No primeiro caso, entendemos que o ato de avaliar deve ser concebido como um diagnóstico contínuo e sistemático do processo de ensino e aprendizagem, no qual se busca, sobretudo, diagnosticar e sanar – por meio de ações planejadas conscientemente – as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos, fugindo assim da mera reprovação ou classificação destes por meio de notas bimestrais. Por outras palavras, acreditamos que a avaliação é um elemento fundamental na construção de uma *práxis* educativa transformadora e deve ser vista como o ponto de partida para a aprendizagem significativa (Vasconcellos, 2013; Luchesi, 2005). No segundo caso, ou seja, em relação ao aprendizado histórico, é fundamental que as atividades avaliativas superem o modelo tradicional baseado apenas na memorização de datas e fatos e se centre no desenvolvimento das capacidades cognitivas, tais como: a compreensão das noções de processo histórico, do reconhecimento e entendimento de diferentes linguagens, das especificidades do tempo histórico, das relações entre as diferentes classes sociais, entre outros. Nesse sentido, as atividades práticas de avaliação da disciplina devem ser diversificadas e envolver, dentre outras, a prática de leitura e interpretação de textos, imagens, e outras fontes históricas; a capacidade de escrita, domínio de conteúdo e argumentação; a habilidade de comunicação oral, planejamento e trabalho em equipe, a interdisciplinaridade, etc. (Schmidt; Cainelli, 2004).

O atual Projeto Pedagógico do Curso de História traz o perfil do egresso a ser formado tendo por base uma formação humanizadora e crítica, formando profissionais atuantes, comprometidos com a ética docente e aptos a relacionar teoria e prática à

transformação social dentro do processo dialético da vida social. Este processo tem por premissa básica a valorização da atividade do profissional de história, levando em consideração o que disciplina o regimento da UNESPAR, que estabelece no Artigo 76: “A avaliação do rendimento escolar do aluno será feita em cada disciplina em função de seu aproveitamento verificado em provas e ou trabalhos escolares” e assegura no §1º que, “[...] ao professor, na verificação do rendimento escolar, liberdade e autoridade para formular e julgar questões no âmbito de sua competência”.

No início do ano letivo o professor deve apresentar o Plano de Ensino da disciplina e deixar transparente o processo de avaliação, explicitando a metodologia de avaliação a ser adotada em cada disciplina, seus objetivos e seus critérios e/ou pesos. No processo avaliativo, o instrumento de avaliação a ser utilizado deve estar em consonância com o programa de ensino planejado, levando em consideração os objetivos de ensino definidos para o processo de avaliação.

A devolutiva é o momento ímpar do processo, que deve ser aproveitada como momento pedagógico indissociável entre ensino e aprendizagem.

Quanto ao sistema de avaliação, o *Regimento Geral* da UNESPAR traz que:

Art. 80 Será aprovado na disciplina o aluno que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares.

Art. 81 Presta exame final na disciplina o aluno que tem média final igual ou superior a quatro vírgula zero (4,0) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) devendo obter a média aritmética de seis vírgula zero (6,0) com a nota do exame.

Parágrafo Único - A média mínima exigida para aprovação em exame final, será seis vírgula zero (6,0) da média aritmética entre a nota desse exame e a média das notas bimestrais.

Art. 82 Será reprovado em qualquer disciplina o aluno que, nela, não alcançar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, independentemente da média final obtida, ou não conseguir nos bimestres escolares, as notas mínimas estabelecidas para prestação de exame final.

A partir disto, e, em específico, por se tratar de formação de professor-pesquisador em História, o processo de avaliação terá como indicador o acadêmico em plena condição para o exercício da docência respaldado no domínio do conhecimento histórico e sua aptidão na produção do conhecimento historiográfico – conforme consta nos componentes curriculares.

Nesse sentido, os instrumentos de avaliação, em linhas gerais, podem ser: trabalho acadêmico e/ou Prova discursiva e/ou Prova objetiva e/ou Seminários e/ou Relatórios em

sala de aula. Importa destacar que para todas as formas de avaliação estipula-se como juízo: 1º) os critérios de correção das provas e trabalhos são: conhecimento dos temas em pauta, clareza, objetividade e boa argumentação formal das respostas; além da correção gramatical e estruturação lógica do texto; e 2º) o plágio, além de desonestidade intelectual, constitui ofensa acadêmica séria e pode ser caracterizada por ações como: entregar trabalho escrito por outra pessoa; trazer materiais para as avaliações sem autorização do professor; contar com ajuda de outro(s) estudante(s) durante as avaliações; deixar de fazer referência à fonte de onde foram retiradas as ideias, tais como livros, artigos, website, filme, entre outros. A avaliação em que for constatada plágio terá nota zero e o caso será levado ao Colegiado do Curso

PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

O profissional de História deve dominar um conjunto significativo de conteúdos históricos, em termos empíricos, teóricos e metodológicos, que permitam questionar a produção da história tradicional, compreender a historicidade da própria História, problematizar os objetos históricos, com uma consciência crítica acerca das relações sociais passadas e presentes.

É no contexto de desenvolvimento da reestruturação produtiva que emerge a noção de *competência*, que atende, pelo menos, a três propósitos:

a) reordenar conceitualmente a compreensão da relação trabalho-educação, desviando o foco dos empregos, das ocupações e das tarefas para o trabalhador em suas implicações subjetivas com o trabalho; b) institucionalizar novas formas de educar/formar os trabalhadores e de gerir o trabalho internamente às organizações e no mercado de trabalho em geral, sob novos códigos profissionais em que figuram as relações contratuais, de carreira e de salário; c) formular padrões de identificação da capacidade real do trabalhador para determinada ocupação, de tal modo que possa haver mobilidade entre as diversas estruturas de emprego em nível nacional e, também, em nível regional (como entre os países da União Europeia e do Mercosul) (Ramos, 2001, p. 39).

O conceito de competência não é novo – como faz crer a literatura apologética rasteira – e passou por alterações ao longo do tempo. Entretanto, nosso objetivo não é a recuperação da historicidade desse conceito, mas apenas apreender o seu revigoreamento no contexto da reestruturação produtiva, sob a égide do neoliberalismo e do *toyotismo*.

O modelo de *competências* cria a ilusão segundo a qual haveria ganhos para os trabalhadores, pois, ao contrário do que acontecia antes, o adiestramento dá lugar ao trabalho comunicativo e interativo, elevando o grau de subjetividade dos trabalhadores ao

exigir níveis mais elevados de abstração, criatividade, dinamismo, comunicação, etc. Os autores que enaltecem esse processo “não percebem” que nessa nova sociabilidade ocorre uma captura da subjetividade, capaz de elevar o processo de subsunção real do trabalho ao capital.

Para Hirata (1994), o *modelo de competências*, assim como o conceito de *empregabilidade*, são termos ideológico-políticos que se firmaram primeiro na França, podendo ser considerados sinônimos, pois, para ambos a centralidade da qualificação está no indivíduo e não na coletividade.

Analisando o surgimento do *modelo de competência*, Hirata constata que o mesmo é resultado da evolução do debate acerca da qualificação profissional. Após vincular o modelo de competência como a forma assumida pelas qualificações no “novo modelo produtivo”, que seria o “modelo empresarial japonês”, ou seja, o *toyotismo*, a autora afirma que:

a competência é uma noção oriunda do discurso empresarial [...]. Noção ainda bastante imprecisa, se comparada ao conceito de qualificação, um dos conceitos-chaves da sociologia do trabalho francesa desde os seus primórdios [...] noção marcada política e ideologicamente por sua origem, e da qual está totalmente ausente a ideia de relação social, que define o conceito de qualificação para alguns autores... (Hirata, 1994, p. 132).

A noção de *competência* disseminou-se por diversas áreas de conhecimento (a história, a economia, a sociologia, a educação, a psicologia, a administração, entre outras). A *competência* associa-se às noções de desempenho e de eficiência, porém, nos domínios das referidas esferas possui sentidos e conotações diferentes. Para Ropé e Tanguy, existe uma tendência de outras noções, “que prevaleciam anteriormente como as dos saberes e conhecimentos na esfera educativa, ou a de qualificação na esfera do trabalho”, serem substituídas pela de *competência*. Entretanto, as noções substituídas não desaparecem, apenas perdem “sua posição central e, associadas a competências, sugerem outras conotações” (Ropé; Tanguy, 1997, p. 19).

Apesar de ser praticamente impossível dissociar *qualificação no âmbito do trabalho* dos assim chamados *saberes e conhecimentos na esfera educativa*, pois esses elementos se articulam, a noção de *competência* aqui é apresentada na esfera do trabalho, ou seja, como “qualificação”.

Portanto, a noção de *competência* é uma redefinição da qualificação profissional, no complexo de reestruturação produtiva, capaz de promover um rompimento entre as

exigências da qualificação que se voltava para os postos de trabalho, onde imperava a rotina e a monotonia e o aprendizado profissional “para toda a vida”. A *noção de competência* impõe novas exigências de conhecimentos ao trabalhador, que deve preparar-se – segundo seus ideólogos – inclusive para mudar de profissão, várias vezes ao longo da vida. As assim chamadas *competências* juntamente com a denominada *empregabilidade* formam a ideologia da *acumulação flexível* fundada nos princípios e nexos organizacionais do *toyotismo* que é a forma de ser hegemônica da produção do capital no contexto da mundialização. A *noção de competência* é a forma funcionalista com que o capital arquiteta a participação manipulatória do trabalho – *polivalente e multifuncional* – capturando sua subjetividade, levando ao extremo a alienação e o estranhamento do indivíduo e o fetichismo social.

Analisando criticamente tal problemática, Ferretti (1997, p. 258) afirma que “o conceito de competência representa a atualização do conceito de qualificação, segundo as perspectivas do capital, tendo em vista adequá-lo às novas formas pelas quais este se organiza para obter maior e mais rápida valorização”. Amparado nisto, pode-se afirmar que o modelo de *competência* é a forma assumida pela qualificação do trabalhador no complexo de reestruturação produtiva, sob a era da universalização dos princípios e nexos organizacionais do toyotismo. Afinal, é a *produção integrada e flexível* que determina as necessidades do capital, sempre na perspectiva do processo de valorização, produzindo um progressivo “deslocamento da importância anteriormente atribuída à qualificação formal e ao saber técnico [...] para uma outra dimensão, resumida na expressão ‘saber ser’, na qual se confundem/articulam/mobilizam saberes, comportamentos, racionalidade orientada para fins...” (Ferretti, 1997, p. 258).

De fato, o *modelo de competência* vincula-se aos princípios e nexos organizacionais do *toyotismo*, com seu binômio articulado de *multifuncionalidade e polivalência* e na participação manipulatória que visa mobilizar o sujeito em sua subjetividade inautêntica.

A *noção polissêmica de competência*, apesar das imprecisões conceituais e da falta de consenso, quanto ao significado e à possibilidade de avaliação objetiva, é tomada como eixo da organização curricular do curso de História, até mesmo em decorrência da legislação em vigor. Porém, aqui, não se adota essa *noção* acriticamente, desconsiderando a história, eternizando o presente, fazendo apologia do individualismo e da competitividade, como é o caso daqueles que tomam a *noção de competência* como sinônimo de *empregabilidade*. Pelo contrário, busca-se apreender o *modelo* em sua

potencialidade positiva, a aquisição e mobilização de conhecimentos por meio da prática social.

Portanto, o Projeto Pedagógico do Curso de História UNESPAR *Campus* de Paranavaí contrapõe-se à negatividade da *noção de competência*, cujos valores, no contexto da mundialização do capital, visam fundamentalmente os valores econômicos do mercado, que conduz o formando a tornar-se só e mudo. Nesse sentido, é corroborada a contribuição de Silva Júnior e González (2001, p. 75), nos seguintes termos:

Radicalizar a positividade do modelo de competência no sentido da humanização do ser humano, do ponto de vista teórico [...] consistiria em considerar ontologicamente a categoria *alternativa* [conforme formulada por] Lukács, o que significa dizer não à base valorativa que dá sustentação à nossa forma de organizar a sociedade. Significa a produção de um modelo de competências às avessas, que questione a origem dos problemas a serem resolvidos, ainda que com o mesmo itinerário lógico, porém, com a diferença de que a *história* seria central no entendimento da prática social formadora do ser social – não o convencionalismo –, e centro do processo educativo, para não formarmos o homem só, mudo e útil – o cidadão do milênio que se inicia.

Com base nisto, pretende-se a formação de um professor-historiador que não atenda apenas às exigências imediatas do mercado de trabalho, mas que contribua criticamente para a compreensão da História e da realidade social, apreendendo-as em sua materialidade.

Trata-se de radicalizar o que há de positivo no *modelo de competência* visando a humanização do ser humano, considerando ontologicamente a categoria *alternativa*, no sentido formulado por Lukács, ou seja, a “(...) alternativa, que também é um ato de consciência, é, pois, a categoria mediadora por meio da qual o reflexo da realidade torna-se veículo da criação de um existente” (Lukács, 1981, p. 31). Pois, os homens fazem sua história em condições determinadas, formando-se e sociabilizando-se. De tal maneira, é lícito a crítica à *noção de competência* que orientou a reforma educacional brasileira, pois essa não considera a racionalidade social, que orienta a organização social existente. A *noção de competência* é legitimadora dos processos de reprodução social e da ordem social historicamente produzida, ela coisifica o ser humano.

Ao adotar a categoria *alternativa*, o Projeto Pedagógico do Curso de História recusa a base valorativa que dá sustentação à atual organização da sociedade. Portanto, o modelo de *competências* do curso de História é um processo às avessas, em construção, questionador das origens dos problemas a serem resolvidos. De fato, segue o mesmo

critério lógico do modelo oficial, mas com a diferença no fato da *centralidade da História* para o entendimento da prática social formadora do ser social.

Formar o profissional de História é assegurar o conhecimento sobre o passado do homem no seu devir histórico. Essa formação pressupõe um sólido embasamento teórico, metodológico e histórico, cuja centralidade é o trabalho. Para esse fim, toma-se na interdisciplinaridade o processo que assegure uma sólida construção da produção do conhecimento histórico, reforçando a importância das Ciências Humanas para consolidar o processo de formação acadêmica, levando-os a vislumbrar o seu campo profissional de forma holística e de nele intervir crítica e pontualmente. No processo formativo, o discente se transforma em um profissional em condições de questionar e se posicionar de forma crítica perante a conjuntura política que vive e onde atuará como profissional do ensino de História.

A premissa básica é que a Universidade é o *locus* privilegiado da produção do conhecimento científico e crítico para a formação profissional do acadêmico que atuará na vida social, mas o processo formativo leva em consideração o comprometimento com a defesa clara de princípios éticos voltados para a busca de igualdade, solidariedade e justiça social.

Dessa forma, as concepções de homem (ser social), mundo, sociedade, democracia, educação, universidade, autonomia, gestão, avaliação, currículo, entre outras aqui adotadas, são diferentes daquelas que os setores sociais, hoje hegemônicos, se utilizam para manter o *status quo*, por meio da ideologia do *aprender-a-aprender, da sociedade do conhecimento e do modelo de competências*. Portanto, o Curso de História da UNESPAR *Campus* de Paranavaí busca uma formação que apreenda as dimensões econômica, social, política e cultural, visando ao aperfeiçoamento e a dignificação do homem, não a do mercado, ou seja, trata-se de *desinverter* aquilo que historicamente foi invertido, o que implica na formação do profissional inserido do mundo como ser consciente de sua história.

Nesta perspectiva formativa, o Curso de História (Licenciatura) da UNESPAR *Campus* de Paranavaí, em consonância com as Diretrizes Curriculares dos Cursos de História (Parecer CNE/CES 492/2001) e as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores (Resolução nº 02/2015-CNE), considera marco significativo para a construção do perfil de seus egressos o domínio historiográfico e de didática da história (em suas dimensões gerais e específicas) para licenciaturas apresentadas nos objetivos geral e específicos das diretrizes, conforme segue:

Gerais:

1. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
2. Problematicar, nas múltiplas dimensões das experiências históricas, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
3. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua inter-relação;
4. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
5. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.

Específicas para licenciatura:

1. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino/aprendizagem no ensino fundamental e médio;
2. Domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino (Parecer CNE/CES 492/2001, referente às Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, p. 8)

Nesse sentido, o curso de História busca formar profissionais para atender às demandas do magistério em todos os níveis em conformidade com a legislação educacional em vigor, com ênfase no ensino, na pesquisa e na extensão, conforme as exigências das Diretrizes Curriculares dos Cursos de História. O que pressupõe o desenvolvimento do domínio historiográfico e de didática da história não só para transmitir, mas fundamentalmente para produzir o conhecimento histórico, articulando a teoria com a prática através da mediação da atividade docente com a pesquisa e a extensão por meio de uma formação acadêmica humanista e generalista. Essa perspectiva inclui a formação de professores com base no mundo real e conscientes das exigências de práticas éticas e valorativa social dos conhecimentos históricos acumulados pelo homem no seu devir histórico, com valores adquiridos na vida universitária e sua inserção profissional com autonomia, de forma reflexiva, crítica e comprometida com os objetivos de construção de uma sociedade democrática.

No mundo contemporâneo, o sujeito da história encontra-se frente a um mundo fetichizado e estranhado em que, segundo Silva Júnior e Gonzáles (2001, p. 15), impera:

[o] cenário da ditadura dos símbolos, do presente e da aparência, que obscurecem nosso entendimento da realidade social e da natureza, quando a virtude parece impor-se, pedir perdão ao vício para fazer o bem, enquanto o vício faz falso elogio à virtude para perpetuar-se. Dito de outra maneira, quando a forma como se apresenta a realidade, diante da brutal força do capital sobre o trabalho, dispensa mediações ideológicas e despe-se mostrando sua horrenda nudez. [...] A objetividade social historicamente produzida pelo homem apresenta-se para nós como uma segunda natureza, tal o seu nível de fragmentação e aparente virtualidade. Ilude, assim, quem a produz e reproduz e por ela é produzido e reproduzido.

As teses acima assumem relevância, sobretudo quando olhamos para o universo da educação e vemos a proliferação de conceitos ambíguos, polimorfos e ilusionistas tais como: *sociedade tecnológica, sociedade do conhecimento, sociedade do aprender a aprender*, entre outros. Esse universo, muitas vezes, é tomado por concepções deterministas, ideologias, “projetos e práticas educativas” absurdas que dispensam a necessidade do educador. “Essa ilusão constitui-se a exata naturalização do que existe de mais cruel, objetivo e histórico: a forma fenomênica do capitalismo contemporâneo” (Ibidem).

Nesse sentido, o atual processo histórico impõe a necessidade de orientações metodológicas que interajam com as concepções de história que colocam a humanidade de forma concreta e objetiva no seu devir histórico. As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de História trazem novos desafios para a formação, tornando necessário a adoção de novas metodologias, novas técnicas e novas posturas, porém, não se deve perder a dimensão do trabalho como categoria central que explicita a natureza do homem enquanto produto e produtor da história. Sobretudo, não se trata de “inventar a roda” ou aderir de forma acrítica aos “modismos” pós-modernos, com preconceitos e desprezos por diferentes teorias da História, mas de reafirmar a premissa básica na qual a formação do profissional de História deve se dar com domínio historiográfico para a produção de conhecimento e reflexão sobre a realidade histórica em que vive, pois isso é fundamental para o desenvolvimento de uma consciência histórica para intervir de forma crítica na realidade social, o que implica no compromisso da Universidade em formar o *ser social* comprometido com a *práxis*.

Buscando atender às demandas e especificidades sociais que ora desafiam a formação do profissional de História, o presente Projeto Pedagógico do Curso, reforça seus princípios na preparação do acadêmico como um dos desafios importantes no processo de formação de professores, pois os acadêmicos lidarão com um conjunto de referenciais teóricos, pedagógicos, históricos e historiográficos no seu processo de formação que garantem as “condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de

conhecimento (magistério na Educação Básica, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos, etc)” (Parecer CNE/CES 492/2001, referente às Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, p. 7).

Formar um professor/historiador capaz de lidar com os problemas e desafios contemporâneos, que tenha prática social e domínio de conteúdo é a razão pela qual se busca os seguintes perfis:

Perfil Comum: o profissional de História deve agir de forma consciente e ética, com cientificidade, criticidade e autonomia de pensamento, sendo responsável por desenvolver um conhecimento histórico reflexivo, significativo e mediador capaz de estimular a sociedade à reflexão crítica na busca de sentido no interior da própria contemporaneidade, respeitando a pluralidade inerente aos pressupostos e postulados filosóficos, teóricos e metodológicos da História e das demais Ciências Humanas e Sociais e capaz para atuar na busca de soluções para os problemas da escola, da comunidade e da sociedade.

Perfis Específicos:

1. Ser capaz de analisar, refletir, compreender e explicar as relações sociais construídas historicamente no devir humano com base nos fundamentos teóricos e metodológicos da História – conforme aprendido nas disciplinas de Introdução aos Estudos Históricos e de Teorias da História.
2. O profissional de História deve dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento da ciência da História – conforme aprendido nas disciplinas de Metodologia da Pesquisa em História.
3. O profissional de História deve ter o domínio de conteúdos relativos à formação geral, composta pelo tronco: História Antiga, História Medieval, História Moderna, História do Brasil, História da América, História Contemporânea e História do Paraná; relativos à formação diferenciada, composta por: História da África, História e Cultura dos Povos Indígenas e Afro-brasileiros, Didática da História, História e Ciências Sociais; e História da Legislação educacional e das Políticas Públicas para a Educação no Brasil; assim como disciplinas de livre escolha como parte complementar da formação.
4. O professor-pesquisador de História deve ser capaz de fazer a transposição didática dos conteúdos históricos e ensiná-los às séries da educação básica – conforme aprendido nas disciplinas de Didática da História, Ensino de História no Ensino Fundamental, Ensino de História no Ensino Médio, assim como nos Estágios Supervisionados nos Ensino Fundamental e Médio.



5. O profissional de História deve ser capaz de elaborar material de trabalho no processo formativo por meio “Orientação, Estudo e Produção Monográfica em História” apresentado formalmente nas bancas de defesa do trabalho de conclusão de curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. LDB. Lei 9394/96 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 25 Jun. 2003.

BRASIL. Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003a, p. 01.

BRASIL. Lei nº11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. Parecer nº 492/2001, instituiu as *Diretrizes Curriculares dos Cursos de História*. Brasília-DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. *Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007*. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de julho de 2007, Seção 1, p. 56.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n. 1, de 18 de fevereiro de 2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Endereço eletrônico http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf, acesso em 30 de abril de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015*. Dispõe sobre Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015, Seção 1, p. 8-12.

DELUIZ, Neise, (1996). Projetos em disputa: empresários, trabalhadores e formação profissional. Trabalho apresentado na 19ª Reunião Anual da ANPED. In: *ANPED 25 anos*, CD-ROM histórico, 2002.

FERRETTI, Celso João. Formação Profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. *Educação e Sociedade*, Campinas, nº 59, p. 225-269, 1997.



GALLART, M. A.; JACINTO, C. Competências laborales: Tema clave en la articulación Educación-Trabajo. *Boletín de la Red Latinoamericana de Educación y Trabajo* CIID-CENEP, ano VI, nº 2, Buenos Aires, dez., 1995.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, C. J. et al. *Novas Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 2ª ed, Petrópolis: Vozes, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUKACS, G. *Per una ontologia dell'essere sociale*. Tradução de Alberto Scarponi . Roma: Riuniti., 1981. 2 vols.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: *Repensando a história*. ANPUH Núcleo de São Paulo. Rio de Janeiro: Marco Zero, s/d., p. 37-64.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

PARANÁ. Secretaria de Educação. Conselho Estadual de Educação. Câmara da Educação Superior. Resolução CEE/CES nº 23, de 07 de abril de 2011, sobre inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como disciplinas nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, bacharelado, tecnologia e sequenciais de formação específica.

PARANÁ. Secretaria de Educação. Conselho Estadual de Educação. Câmara da Educação Superior. Resolução CEE/CES nº 132, de 08 de dezembro de 2015, que aprova a renovação de reconhecimento do curso de graduação em História – Licenciatura, ofertado pela UNESPAR, campus de Paranaíba.

PARANÁ. Secretaria de Educação. Conselho Estadual de Educação. Deliberação nº04, de 12 de novembro de 2013, que estabelece Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012. Diário Oficial nº9.990, em 27 de maio de 2015, p. 39.

PARANÁ. Secretaria de Educação. Conselho Estadual de Educação. Deliberação nº02, de 13 de abril de 2015, que fixa estabelece Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Diário Oficial nº9.460, em 27 de maio de 2015, p. 60.



PERRENOUD, Ph. *Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza. Saberes e competências em uma profissão complexa.* Porto Alegre: Artmed, 2001.

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.

ROPÉ Françoise; TANGUY, Lucie (Org.). *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa.* Campinas, SP: Papirus, 1997.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (orgs.). *Jörn Rüsen e o ensino de História.* Curitiba: Editora UFPR, 2014.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História.* São Paulo: Scipione, 2004.

SHIROMA, Eneida; CAMPOS, Roselane F. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, CEDES, n° 61, p. 13-35, dez., 1997.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. Reforma educacionais, Competências e Prática Social. In *Trabalho & Educação*, julho/dezembro 2001, n° 9. Belo Horizonte, NETE-FAE-UFMG.

STROOBANTS, Marcelle. A visibilidade das competências. In ROPÉ, Françoise; TANGUY, Lucie (Orgs.). *Saberes e competências: O uso de tais noções na escola e na empresa.* Campinas: Papirus, p. 135-166, 1997.

TANGUY, L. Competência e integração social na empresa. TANGUY, L.; ROPÉ, F. (org). *saberes e competências. O uso de tais noções na escola e na empresa.* Campinas: Papirus, 1997.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.* Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

UNESPAR. Regimento Geral da Universidade Estadual do Paraná. Curitiba, 05 de dezembro de 2014. (Alterado pela Resolução 014/2014-COU/UNESPAR, publicada na edição n° 9.476 do Diário Oficial do Estado, em 22/06/15).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Avaliação da Aprendizagem – Práticas de Mudança: por uma práxis transformadora.* São Paulo: Libertad, 2013.

VERRI, E. J. O desenvolvimento recente da indústria paranaense. *Dissertação de mestrado.* UEM, Maringá, 1998.

4. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS				
Área/Matéria	Código	Disciplinas	Hora/aula	Hora/relógio
1. de Formação GERAL (de acordo com a diretriz nacional)		- Introdução aos Estudos Históricos	72	60
		- Metodologia da Pesquisa em História	72	60
		- História Antiga	144	120
		- História Medieval	144	120
		- História do Brasil Colônia	144	120
		- Introdução à Filosofia	72	60
		- História Moderna	144	120
		- História do Brasil Império	144	120
		- História da América I	144	120
		- Teorias da História I	144	120
		- História Contemporânea I	144	120
		- História do Brasil República I	144	120
		- Teorias da História II	72	60
		- Ensino de História no Ensino Fundamental	72	60
		- História Contemporânea II	144	120
		- História da América II	72	60
		- História do Brasil República II	144	120
		- História do Paraná	144	120
		- Ensino de História no Ensino Médio	72	60
- Introdução à Libras	72	60		
Subtotal			2.304	1.920
2. de formação DIFERENCIADA (Forma o perfil específico de cada <i>campus</i>)		- História e Ciências Sociais	72	60
		- Didática da História	72	60
		- História da África	144	120
		- História e Cultura dos Povos Indígenas e Afro-brasileiros	72	60
		- História da Legislação educacional e das Políticas Públicas para a Educação no Brasil	72	60
Subtotal			432	360
3. Disciplinas Optativas (opção individual, escolhida pelo aluno dentre as disciplinas ofertada pelo curso)		- Optativa I	36	30
		- Optativa II	36	30
		- Optativa III	36	30
		- Optativa IV	36	30
Subtotal			144	120
Estágio e TCC		- Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental	240	200
		- Estágio Supervisionado no Ensino Médio	240	200
		- Trabalho de Conclusão de Curso	240	200
Subtotal			720	600
Atividades Acadêmicas Complementares			240	200
Subtotal			240	200
TOTAL			3.840	3.200



5. DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS

Código	Nome da Disciplina	Forma de Oferta		Carga Horária (hora/aula)		Carga Horária (hora/relógio)	
		Sem. (S)	Anual (A)	Teórica	Prática	Teórica	Prática
1º Ano							
	Introdução aos Estudos Históricos		Anual	72	--	60	--
	Metodologia da Pesquisa em História		Anual	72	--	60	-
	História Antiga		Anual	132	12	110	10
	História Medieval		Anual	132	12	110	10
	História do Brasil Colônia		Anual	132	12	110	10
	História e Ciências Sociais		Anual	72	--	60	--
	Introdução à Filosofia		Anual	72	--	60	--
Subtotal				684	36	570	30
2º Ano							
	História Moderna		Anual	132	12	110	10
	História da América I		Anual	132	12	110	10
	História do Brasil Império		Anual	132	12	110	10
	Teorias da História I		Anual	144	--	120	--
	Didática da História		Anual	72	--	60	--
	Optativa I		1º semestre	36	--	30	--
	Optativa II		2º semestre	36	--	30	--
Subtotal				684	36	570	30
3º Ano							
	História Contemporânea I		Anual	132	12	110	10
	História do Brasil República I		Anual	132	12	110	10
	História da África		Anual	132	12	110	10
	Teorias da História II		Anual	72	--	60	--
	História da Legislação educacional e das Políticas Públicas para a Educação no Brasil		Anual	72	--	60	--
	Ensino de História no Ensino Fundamental		Anual	72	--	60	--
	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental		Anual	--	240	--	200
	Optativa III		1º semestre	36	--	30	--
	Optativa IV		2º semestre	36	--	30	--
Subtotal				684	276	570	230



4º Ano						
	História Contemporânea II	Anual	132	12	110	10
	História da América II	Anual	72	--	60	--
	História do Brasil República II	Anual	132	12	110	10
	História do Paraná	Anual	132	12	110	10
	Ensino de História no Ensino Médio	Anual	72	--	60	--
	Estágio Supervisionado no Ensino Médio	Anual	--	240	--	200
	Trabalho de Conclusão de Curso	Anual	--	240	--	200
	História e Cultura dos Povos Indígenas e Afro-brasileiros	Anual	72	--	60	--
	Introdução à Libras	Anual	72	--	60	--
Subtotal			684	516	570	430
Total/tipo de carga horária			2.736	864	2.280	720
Atividades Acadêmicas Complementares			240		200	
TOTAL GERAL			3.840		3.200	

6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

6.1 Disciplinas Obrigatórias

DISCIPLINA:	Introdução aos Estudos Históricos	
C/H TOTAL:	72 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: ---	
EMENTA: Estudo do conhecimento histórico e de noções básicas sobre fonte histórica, interpretação, periodização e objetos da pesquisa histórica a partir das principais escolas históricas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOSCHI, Caio César. <i>Por que estudar História?</i> São Paulo: Ed. Ática, 2007. CARDOSO, Ciro F. S. e VAINFAS, R. (Orgs.). <i>Domínios da História</i> . Rio de Janeiro: Campus, 1997. PINSKY, C. B.; LUCA, T.R. de (org.). <i>O historiador e suas fontes</i> . São Paulo: Contexto, 2009. REIS, José Carlos. <i>A História: entre a ciência e a filosofia</i> . São Paulo: Ed. Ática, 2000. VEYNE, Paul. <i>Como se escreve a História</i> . Lisboa: Ed. 70, 1993.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOURDE, Guy e MARTIN, Hervé. <i>As escolas históricas</i> . Lisboa: Publicações Europa América, 1983. CARR, Edward H. <i>Que é História?</i> Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. HOBSBAWM, Eric. <i>Sobre História</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. LE GOFF, J. e NORA, P. (Orgs.). <i>História: novas abordagens, novos problemas, novos objetos</i> . Rio de Janeiro: Francisco Alves. SCHAFF, Adam. <i>História e verdade</i> . Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1990.		

DISCIPLINA:	Metodologia da Pesquisa em História	
C/H TOTAL:	72 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: ---	
EMENTA: Estudos dos referenciais norteadores da produção de conhecimento científico e da pesquisa na área de História. Metodologias e técnicas de pesquisa em História.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ABRAMO, Perseu. Pesquisa em ciências sociais. In: <i>Pesquisa social; projeto e planejamento</i> . São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1979. p. 21-44. BARROS, José D'Assumpção. <i>O projeto de pesquisa em História</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). <i>Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia</i> . Rio de Janeiro: Campus, 1997. CARDOSO, Ciro Flamarion S. <i>Os métodos da História</i> . Rio de Janeiro: Ed. Graal. 1983. HIRANO, Sedi, Org. <i>Pesquisa social: projeto e planejamento</i> . São Paulo, T.A. Queiroz, 1979. p. IX-XII. SALOMON, Délcio Vieira. <i>Como fazer uma monografia</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2004. SEVERINO, Antônio J. <i>Metodologia do Trabalho Científico</i> . 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: THIOLLENT, Michel J. M. <i>Crítica metodológica, investigação social e enquete operária</i> . São Paulo, Editora Polis, 1980. SELLTIZ, Claire e outros. <i>Métodos de pesquisa nas relações sociais</i> . São Paulo, Editora Herder e Editora da Universidade de São Paulo, 1967.		

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Normas para apresentação de projetos de pesquisa*. Rio de Janeiro, 2006.
ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. *Fundamentos da metodologia científica*. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

DISCIPLINA:	História Antiga
C/H TOTAL:	144 horas/aula
C/H TEÓRICA: 132	C/H PRÁTICA: 12
EMENTA: Estudo das transformações sociais do Mundo Antigo por meio da análise de fontes históricas e da revisão historiográfica. Uso e recursos didáticos e paradidáticos para o ensino de História Antiga.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALFÖLDY, Géza. <i>A História social de Roma</i>. Lisboa: Presença, 1989. ANDERSON, Perry. <i>Passagens da Antiguidade ao Feudalismo</i>. São Paulo: Brasiliense, 2007. AUSTIN, Michel; VIDAL-NAQUET, Pierre. <i>Economia e sociedade na Grécia antiga</i>. Lisboa: Edições 70, 1986. (Lugar da História, 27). CANFORA, Luciano. <i>O Mundo de Atenas</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. CARDOSO, Ciro Flamarion S. <i>Trabalho compulsório na Antiguidade: ensaio introdutório e coletânea de fontes primárias</i>. Rio de Janeiro: Graal, 2003. FINLEY, Moses I. <i>Aspectos da Antiguidade</i>. Lisboa: Edições 70, 1990. (Lugar da História, 39). FINLEY, Moses I. <i>Uso e abuso da História</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1989. GUARINELLO, Norberto Luiz. <i>História Antiga</i>. São Paulo: Contexto, 2013. MAZZARINO, Santo. <i>O fim do mundo antigo</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1991. (O Homem e a História). SCHIAVONE, Aldo. <i>Uma história rompida: Roma antiga e Ocidente moderno</i>. São Paulo: Edusp, 2005. SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (orgs.). <i>Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural</i>. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006. VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. <i>Trabalho e escravidão na Grécia antiga</i>. Campinas, SP: Papirus, 1989. VIDAL-NAQUET, Pierre. <i>Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desafio</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CARDOSO, Ciro Flamarion S. <i>Sete olhares sobre a Antiguidade</i>. Brasília, DF: Editora UnB, 1998. CORASSIN, Maria Luiza. <i>A reforma agrária na Roma antiga</i>. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Tudo é história, 122). DONINI, Ambrogio. <i>História do Cristianismo: das origens a Justiniano</i>. Lisboa: Edições 70, 1988. (Lugar da História, 10). FLORENZANO, Maria Beatriz Borba; HIRATA, Elaine Farias Veloso (orgs.). <i>Estudos sobre a Cidade Antiga</i>. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2009. GIARDINA, Andrea (org.). <i>O Homem romano</i>. Lisboa: Editorial Presença, 1989. GRIMAL, Pierre. <i>A civilização romana</i>. Lisboa: Edições 70, 2009. JAEGER, Werner. <i>Paidéia: a formação do Homem grego</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2003. MARROU, Henri-Irénée. <i>História da educação na Antiguidade</i>. São Paulo: E.P.U., 1990. MARX, Karl. <i>Formações econômicas pré-capitalistas</i>. Introdução de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.</p>	



MAZZARINO, Santo. *L'Impero romano*. Roma: Editori Laterza, 2010. 2 vols.
MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
VV.AA. *O Pré-capitalismo em perspectiva: estudos em homenagem ao Prof. Ciro F. S. Cardoso*. Rio de Janeiro: Itaca Edições, 2015.

DISCIPLINA:	História Medieval	
C/H TOTAL:	144 horas/aula	
C/H TEÓRICA:	132	C/H PRÁTICA: 12
EMENTA: Estudo da História Medieval em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais por meio da análise das fontes históricas e da revisão historiográfica. Uso e recursos didáticos e paradidáticos para o ensino de História Medieval.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDERSON, Perry. <i>Passagens da Antiguidade ao Feudalismo</i> . São Paulo: Brasiliense, 1987. BASCHET, Jérôme, <i>A civilização feudal: do ano mil à colonização da América</i> . São Paulo: Globo, 2006. DUBY, George. <i>A Europa na Idade Média</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1992. FOURQUIN, G. <i>Senhorio e feudalidade na Idade Média</i> . Lisboa: Setenta, 1978. LE GOFF, Jacques. <i>O Homem Medieval</i> . Lisboa: Editorial Estampa, 1989.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BATISTA NETO, J. <i>História da Baixa Idade Média</i> . São Paulo: Ática, 1986. FRANCO JR. Hilário. <i>A Idade Média: O Nascimento do Ocidente</i> . São Paulo: Brasiliense, 1986 FRANCO JR. Hilário. <i>As Cruzadas</i> . São Paulo: Brasiliense, 1984. LE GOFF, Jacques. <i>A civilização do Ocidente Medieval</i> . Lisboa: Estampa, 1983. MENDONÇA, Sônia Regina de. <i>O Mundo Carolíngio</i> . São Paulo: Brasiliense, 1987.		

DISCIPLINA:	História do Brasil Colônia	
C/H TOTAL:	144 horas/aula	
C/H TEÓRICA:	132	C/H PRÁTICA: 12
EMENTA: Estudo da história social, econômica, política e cultural; das relações de poder e trabalho na sociedade colonial brasileira por meio da análise de fontes históricas e da revisão historiográfica. Uso e recursos didáticos e paradidáticos para o ensino de História do Brasil colônia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. <i>O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, século XVI e XVII</i> . São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000. BOSI, Alfredo. <i>Dialética da Colonização</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. BOXER, Charles. R. <i>O Império Marítimo português 1415 -1825</i> . Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. CAPISTRANO, de Abreu José. <i>Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil</i> . Brasília: Universidade de Brasília; 1982. COSTA, Emília Viotti da. <i>Da Senzala à Colônia</i> . São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998. FREYRE, Gilberto. <i>Casa Grande & Senzala</i> . Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1981 FURTADO, Celso. <i>Formação Econômica do Brasil</i> . São Paulo: Cia Editora Nacional, 1966. HOLANDA, Sergio Buarque de. <i>Raízes do Brasil</i> . São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995. NOVAIS, Fernando A. (Org). <i>Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)</i> . São Paulo: Hucitec, 1979. PRADO JR. Caio. <i>Formação do Brasil Contemporâneo</i> . São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSUNÇÃO, Paulo. *A Terra dos brasis: A Natureza da América Portuguesa vista pelos primeiros Jesuítas (1549-1596)*. São Paulo: Annablume, 2000.

BERNARD, C. & GRUZINSKI, S. *História do Novo Mundo: Da descoberta à Conquista, uma experiência europeia, 1492-1550*. Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 1997.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras [FAPESP], 1992.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder* (Vol. 1 e 2). São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

FRAGOSO, João Luís ribeiro; GOUVÊA, Marcia de Fátima (Orgs.). *O Brasil Colonial (1720-1821)*. Coleção, V.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1992.

HOLANDA, Sergio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização brasileira, I - A Época Colonial. Do descobrimento à expansão territorial*. V. 1 e 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1968.

MAXWEL, K. *Marquês de Pombal. Paradoxo do iluminismo*. Tradução: Antonio de Pádua. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZMERECZSÁNYI, Tamás (org.) *História Econômica do Período Colonial*. 2ª Ed. São Paulo; Hucitec/Ed. USP/Imprensa Oficial, 2002.

DISCIPLINA:	História e Ciências Sociais	
C/H TOTAL:	72 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: ---	
EMENTA: Estudo dos clássicos do pensamento das Ciências Sociais em sua relação com a historiografia tendo em vista a análise e a compreensão da sociedade.		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion S. <i>Os métodos da História</i>. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 1983.</p> <p>DURKHEIM, Émile. <i>As regras do método sociológico</i>. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.</p> <p>MARX, Karl. <i>O Capital: crítica da economia política</i>. São Paulo: Boitempo, 2014. 3 liv.</p> <p>MÉSZÁROS, István. <i>A teoria da alienação em Marx</i>. São Paulo: Boitempo, 2006.</p> <p>WEBER, Max. <i>Metodologia das ciências sociais</i>, Parte 1 e 2. São Paulo: Cortez, Campinas: ed. UNICAMP, 1993.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ANDERSON, Perry. <i>Espectro</i>. São Paulo: Boitempo, 2012.</p> <p>BOBBIO, Norberto. <i>Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos</i>. Rio de Janeiro: Campus, 2000.</p> <p>BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. <i>O sociólogo e o historiador</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>FERNADES, Florestan. <i>Sociedade de classes e subdesenvolvimento</i>. São Paulo: Global Editora, 2015.</p> <p>FERRAROTTI, Franco. <i>Uma Sociologia alternativa; da sociologia como técnica do conformismo à sociologia crítica</i>. Portugal, Edições Afrontamento, 1972.</p> <p>MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. <i>Manifesto Comunista</i>. São Paulo: Boitempo, 2016.</p> <p>WEBER, Max. <i>A ética protestante e o espírito do capitalismo</i>. São Paulo: Pioneira, 1989.</p>		

DISCIPLINA:	Introdução à Filosofia	
C/H TOTAL:	72 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: ---	
<p>EMENTA: O surgimento histórico da filosofia; a natureza do pensamento filosófico; o problema filosófico; a estrutura lógica do argumento filosófico; necessidade e (in)utilidade da filosofia; os diferentes tipos ou espécies de conhecimento; filosofia e história da filosofia. Filosofia, educação e sociedade. O problema do conhecimento; a filosofia na idade da ciência e da técnica. O conhecimento científico, sua natureza e seu método. O problema epistemológico das ciências humanas. Subjetividade e modernidade. Ética e ciência: problemas e desafios atuais. Ética e moral: distinção, problemas e relações.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARISTÓTELES. <i>Ética a Nicômaco</i>. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores). DESCARTES, R. <i>Discurso do método</i>. SP: Abril Cultural, 1998. (Os Pensadores). HABERMAS, J. <i>Conhecimento e interesse</i>. RJ: Zahar, 1982. _____. <i>Ciência y técnica como ideologia</i>. Madrid: Tecnos, 1984. HORKHEIMER, M. <i>Eclipse da razão</i>. RJ: Labor do Brasil, 1976. HUME, D. <i>Investigação sobre o entendimento humano</i>. Lisboa: Ed. 70, 1989. KOYRÈ, A. <i>Estudos de história do pensamento científico</i>. RJ: Forense Universitária; Brasília: UnB, 1982. MARCUSE, H. <i>A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional</i>. RJ: Zahar, 1982. KANT, I. <i>Fundamentação da metafísica dos costumes</i>. Lisboa: Ed. 70, 1986. MARX, K.; ENGELS, F. <i>O Manifesto do partido comunista</i>. São Paulo: Martin Claret, 2001. SANTO AGOSTINHO. <i>O Livre-arbítrio</i>. São Paulo: Paulus, 1995.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CORTINA, A. <i>Ética</i>. São Paulo: Loyola, 2205. LIPOVETSKY, G. <i>O crepúsculo do dever</i>. Lisboa: Dom Quixote, 1994. NIETZSCHE, F. <i>A genealogia da moral</i>. São Paulo: Brasiliense, 1987. JIMÉNEZ, C. M. <i>Trabalho e convivência: um ensaio de ética profissional</i>. Londrina: Eduel, 1997. JUNGUES, J. R. <i>Bioética: perspectivas e desafios</i>. São Leopoldo: Unisinos, 205. AGUILAR, Francis J. <i>A ética nas empresas</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. JAPIASSU, H. <i>A revolução científica moderna</i>. RJ: Imago, 1985. _____. <i>O mito da neutralidade científica</i>. RJ: Imago, 1975. HENRY, J. <i>A revolução científica e as origens da ciência moderna</i>. RJ: Zahar, 1998.</p>		

DISCIPLINA:	História do Brasil Império	
C/H TOTAL:	144 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 132	C/H PRÁTICA: 12	
<p>EMENTA: Estudo da constituição e características da sociedade brasileira no período imperial por meio de fontes históricas e da revisão historiográfica. Uso de recursos didáticos e paradidáticos para o ensino de História do Brasil Império.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARVALHO, José Murilo de. <i>A construção da ordem: a elite imperial; Teatro de Sombras: a política imperial</i>. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. CONRAD, E. R. <i>Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. LINHARES, Maria Yedda (Org.). <i>História Geral do Brasil</i>. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.</p>		

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, E. Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Orgs.). *O Brasil Imperial*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PRADO JR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral. *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.

DISCIPLINA:	História Moderna	
C/H TOTAL:	144 horas/aula	
C/H TEÓRICA:	132	C/H PRÁTICA: 12
EMENTA: Estudo da sociedade moderna destacando-se o processo de transição do feudalismo ao capitalismo por meio de fontes históricas e da revisão historiográfica. Uso de recursos didáticos e paradidáticos para o ensino de História Moderna.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ANDERSON, Perry. <i>Linhagens do Estado Absolutista</i> . São Paulo: Brasiliense, 2004.		
BRAUDEL, Fernand. <i>O Mediterrâneo e o Mundo mediterrânico na época de Filipe II</i> . Lisboa: Martins Fontes, 1983.		
BURKE, Peter. <i>Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Companhia de Bolso).		
DOBB, Maurice <i>et ali</i> . <i>A transição do Feudalismo para o Capitalismo: um debate</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. (Pensamento crítico, 18).		
GUINZBURG, Carlo. <i>O queijo e os vermes</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1987.		
HILL, Christopher. <i>A Revolução Inglesa de 1640</i> . Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1977. (Biblioteca de Ciências Humanas, 55)		
SANTIAGO, Theo (org.). <i>Do Feudalismo ao Capitalismo: uma discussão histórica</i> . São Paulo: Contexto, 2006. (Textos e Documentos, 2).		
THOMPSON, E. P. <i>Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
DEYON, Pierre. <i>O mercantilismo</i> . São Paulo: Perspectiva, 1985.		
HILL, Christopher. <i>A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.		
HOBSBAWM, Eric J. <i>A era das Revoluções 1789-1848</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.		
MAINKA, Peter Johann (org.). <i>A caminho do Mundo Moderno: concepções clássicas da filosofia política no século XVI e o seu contexto histórico</i> . Maringá: Eduem, 2007.		

DISCIPLINA:	História da América I	
C/H TOTAL:	144 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 132	C/H PRÁTICA: 12	
EMENTA: Estudo da formação, das estruturas e das transformações das sociedades americanas, suas especificidades e contextualização internacional por meio de fontes históricas e da revisão historiográfica do período pré-colombiano até as independências. Uso de recursos didáticos e paradidáticos para o ensino de História da América.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BETHELL, Leslie (org). <i>América Latina Colonial</i> . São Paulo: Edusp, 1999. 5 vols. CARDOSO, Ciro Flamarion. <i>História da América Latina</i> . Rio de Janeiro: Graal, 1984. DEL POZO, José. <i>História da América Latina e do Caribe: dos processos de Independência aos dias atuais</i> . Petrópolis: Ed. Vozes, 2009. GALEANO, Eduardo. <i>As veias abertas da América Latina</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. LANDES, David S. <i>A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres</i> . Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 1998. SCHILLING, Voltaire. <i>EUA x América Latina: as etapas da dominação</i> . Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. TODOROV, Trevisan. <i>A Conquista da América: a questão do "outro"</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2003. VAINFAS, Ronaldo. <i>Economia e sociedade na América Colonial espanhola</i> . Rio de Janeiro: Graal, 1984.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CARDOSO, Ciro Flamarion. <i>A América Pré-colombiana</i> . São Paulo: Brasiliense, 1984. _____. BRIGNOLI, Héctor Pérez. <i>História Econômica da América Latina</i> . Rio de Janeiro: Graal, 1983. CHAUNU, Pierre. <i>História da América Latina</i> . São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964. KARNAL, Leandro et al. <i>História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI</i> . São Paulo: Contexto, 2013. PRADO, Maria Lígia. PELLEGRINO, Gabriela. <i>História da América Latina</i> . São Paulo: Contexto, 2014. SOUSTELLE, Jacques. <i>A Civilização Asteca</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. STANLEY, J. Stein. STEIN, Bárbara H. <i>A Herança colonial da América Latina: Ensaio de Dependências Econômicas</i> . São Paulo: Editora Paz e Terra, 1983.		

DISCIPLINA:	Teorias da História I	
C/H TOTAL:	144 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 144	C/H PRÁTICA: ---	
EMENTA: Estudo das categorias teóricas centrais da História relacionadas à teoria do conhecimento. A especificidade do método histórico, sua cientificidade e a estética da escrita da história. O ofício do historiador, os fundamentos da observação histórica e as lutas pelo passado. A relação tempo e história e a consciência sobre historicidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARIÉS, Philippe. <i>O tempo da História</i> . São Paulo: Ed. Unesp, 2013. BENJAMIN, W. <i>O anjo da história</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2013. BLOCH, Marc. <i>Apologia da História: ou o ofício do historiador</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 2011. BRAUDEL, Fernand. <i>Escritos sobre história</i> . São Paulo: Perspectiva, 2014. CARDOSO, Ciro. F. S.; VAINFAS, R.(Orgs.). <i>Domínios da História</i> . Rio de Janeiro: Campus, 2011.		

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
 HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
 KOSELECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
 REZENDE MARTINS, Estevão de (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.
 THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
 VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Foucault revoluciona a História. Brasília: Ed. UnB, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDERSON, Perry. *Teoria, política e história: um debate com E.P. Thompson*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
 CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
 BURKE, Peter (org.). *A escrita de História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
 DOSSE, François. *A História*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
 GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
 MALERBA, Jurandir. *Ensaio: Teoria, História e Ciências Sociais*. Londrina: Eduel, 2011.
 PROST, Antoine. *Doze lições sobre história*. São Paulo: Autêntica, 2009.
 SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DISCIPLINA:	Didática da História	
C/H TOTAL:	72 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: ---	
EMENTA: Estudo da Didática da História como um campo específico do saber e suas relações com a Ciência Histórica e demais disciplinas afins. Análise das principais categorias e conceitos históricos necessários à formação crítica do indivíduo a partir da sua aplicabilidade no ensino de História.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). <i>Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia</i> . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.		
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. <i>Ensino de história: fundamentos e métodos</i> . São Paulo: Ed. Cortez, 2004.		
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). <i>II encontro: Perspectivas do ensino de história</i> . São Paulo: Ed. FEUSP, 1996.		
BITTENCOURT, Circe (org.). <i>O saber histórico na sala de aula</i> . 6ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.		
CERRI, L. F. <i>Ensino de História e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea</i> . Rio de Janeiro: FGV, 2011.		
CERRI, Luis Fernando (org.). <i>Ensino de História e Educação: olhares em convergência</i> . Ponta Grossa: UEPG, 2007.		
FERRO, Marc. <i>A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação</i> . 2ª ed. Trad. Wladimir Araújo. São Paulo: Ed. IBRASA, 1983.		
FONSECA, Selva Guimarães. <i>Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados</i> . Campinas: Ed. Papirus, 2003.		
FONSECA, Selva Guimarães. <i>Caminhos da História ensinada</i> . 7ª ed. Campinas: Ed. Papirus, 1993.		
MATOS, Ilmar Rohloff de (org.). <i>História do ensino da história no Brasil</i> . Rio de Janeiro: Ed. Access, 1998.		
PINSKY, Jaime (org.). <i>O ensino de história e a criação do fato</i> . São Paulo: Ed. Contexto, 1998.		
SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (orgs.). <i>Jörn Rüsen e o ensino de História</i> . Curitiba: Editora da UFPR, 2014.		
SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. <i>Ensinar história</i> . São Paulo: Ed. Scipione, 2004.		

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene Rosa (orgs.). *III Encontro: Perspectivas do Ensino de História*. Curitiba: Ed. Aos Quatro Ventos, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CERRI, Luis Fernando (org.). *O ensino de história e a ditadura militar*. Curitiba: Ed. Aos Quatro Ventos, 2003.

DAVIES, Nicholas (org.). *Para além dos conteúdos no ensino de história*. Rio de Janeiro: ed. Access, 2001.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e ensino de História*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003.

GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Bauru: Edusc, 2004.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). *Ensino de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X: FAPERJ, 2007.

NIKITIUK, Sônia M. Leite (org.). *Repensando o ensino de história*. São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, M. S.; REZNIK, L. *A história na escola, autores, livros e impressos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

ROCHA, Helenice; GONTIJO, R.; MAGALHÃES, M. S. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. 1a. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2009.

CARDOSO, O. *Para uma definição de didática da História*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 55, p. 153-170, 2008.

MATOZZI, I. *Didática da história e educação para o patrimônio*. Nova Escola, n. 263, Junho/Julho 2013.

DISCIPLINA:	História do Brasil República I	
C/H TOTAL:	144 horas/aula	
C/H TEÓRICA:	132	C/H PRÁTICA: 12
EMENTA: Estudo das transformações sociais da sociedade brasileira desde instauração da República até o Estado Novo por meio de fontes históricas e da revisão historiográfica. Uso de recursos didáticos e paradidáticos para o ensino de História do Brasil República.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CARVALHO, José Murilo de Carvalho. <i>A formação das Almas: o imaginário da república no Brasil</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1990.		
CARVALHO, José Murilo de Carvalho. <i>Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi</i> . São Paulo. Companhia das Letras, 1987.		
FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida (Orgs.) <i>O Brasil republicano 1. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.		
_____. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida (Orgs.) <i>O Brasil republicano 2. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.		
LEAL, Vitor Nunes. <i>Coronelismo, enxada e voto</i> . 4ª edição, São Paulo: Alfa Ômega, 1978.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CAPELATO, Maria Helena. <i>Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no Peronismo</i> . Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.		
FAUSTO, Bóris. <i>A Revolução de 1930 – Historiografia e História</i> . São Paulo: Brasiliense, 1988.		
FAUSTO, Bóris. <i>Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)</i> . São Paulo: Brasiliense, 1977.		
GOMES, Ângela de Castro. <i>A invenção do trabalhismo</i> . Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.		

MENDES JR, Antônio & MARANHÃO, Ricardo (Org.). *Brasil História* – Texto & Consulta. República Velha (V. 3). São Paulo: Hucitec, 1991.

DISCIPLINA:	História Contemporânea I	
C/H TOTAL:	144 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 132	C/H PRÁTICA: 12	
EMENTA: Estudo da história contemporânea nos seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais do início da Revolução Industrial até a eclosão da Primeira Guerra Mundial por meio de fontes históricas e da revisão historiográfica. Uso de recursos didáticos e paradidáticos para o ensino de História Contemporânea.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
HOBSBAWM, Eric. <i>Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo</i> . Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1979.		
_____. <i>A Era do Capital (1848-1875)</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.		
_____. <i>A Era das Revoluções – Europa (1778 – 1848)</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.		
_____. <i>As Invenções das Tradições</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra.		
_____. <i>Nações e nacionalismo desde 1780</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.		
_____. <i>O Mundo do Trabalho</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.		
LEFEBVRE, Georges. <i>O grande medo de 1789</i> . Rio de Janeiro, Campus, 1988.		
MANTOUX, Paul. <i>A Revolução Industrial no Século XVIII</i> . São Paulo: Hucitec, s/d.		
THOMPSON, E. P. <i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra.		
VOVELLE, Michel. <i>A Revolução Francesa 1789-1799</i> . São Paulo: Editora da UNESP, 2012.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BENJAMIN, W. <i>Charles Baudelaire: Um Lírico no auge do Capitalismo</i> . São Paulo: Brasiliense, 1994.		
LEFEBVRE, Henri. <i>Introdução à modernidade</i> . Rio de Janeiro: Paz e terra, 1969.		
MAYER, Arno J. <i>A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)</i> . São Paulo: Cia das Letras, 1987.		
MEMMI, Albert. <i>Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.		
MOUSNIER, R.; LABROUSSE, E. <i>O século XVIII: a sociedade do século XVIII perante a revolução</i> . São Paulo: Difusão europeia do livro, 1958.		
PERROT, Michelle. <i>Os Excluídos da História</i> . Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1988.		
WILLIAMS, Raymond. <i>O Campo e a Cidade na História e na Literatura</i> . São Paulo: Cia das Letras, 1990.		
_____. <i>Cultura</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.		
THOMPSON, E. P. <i>Costumes em Comum</i> . São Paulo: Cia. Das Letras, 2013.		

DISCIPLINA:	História da África	
C/H TOTAL:	144 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 132	C/H PRÁTICA: 12	
EMENTA: Estudo da história das sociedades africanas por meio de fontes históricas e da revisão historiográfica. Uso de recursos didáticos e paradidáticos para o ensino de História da África.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
M'BOKOLO, Eliakia. <i>História da África negra: história e civilizações</i> . Tomo I. Salvador: EDUFBA, 2009.		



INIESTA, Ferran. *Kuma: historia del África negra*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2007.
 KI-ZERBO, J. *História geral da África: África antiga: I- metodologia e pré-história da África*. São Paulo; Paris: UNESCO, 1982.
 MOKTAR, G. *História geral da África: África antiga*. Brasília: UNESCO, 2010.
 EL FASI, M. *História geral da África: África do século VII ao XI*. Brasília: UNESCO, 2010.
 KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra: volume KK*. Mira;Sintra: Publicações Europa-América, 2002.
 KI-ZERBO, Joseph. *Para quando África?: entrevista com René Hollesntein*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
 DAVIDSON, Basil. *Os camponeses africanos e a Revolução*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
 CÉSARE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá Costa, 1978.
 N'KRUMAH, Kwanw. *A luta de classes na África*. Lisboa: Sá Costa, 1977.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NIANE, D. T. *História geral da África: África do século XII ao XVI*. Brasília: UNESCO, 2010.
 OGOT, B.A. *História geral da África: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010.
 AJAYI, J.F.A. *História geral da África: África do século XIX à 1880*. Brasília: UNESCO, 2010.
 BAOHEN, A. A. *História geral da África: África sob a dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010.
 MAZRUI, A. A. *História geral da África: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.
 HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
 HUSAIN, Shahruka. *O que sabemos sobre o islamismo?* São Paulo: Callis, 1999.
 SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
 BOXER, Charles. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras.
 BALONGUN, Ola et all. *Introdução à cultura africana*. Lisboa: Edições 70, 1977.

DISCIPLINA:	Teorias da História II	
C/H TOTAL:	72 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: ---	
EMENTA: Estudo dos principais problemas teóricos e metodológicos da historiografia contemporânea. Exame crítico das análises, debates e elaborações de categorias teóricas para o conhecimento histórico nas vertentes historiográficas.		
<p>Bibliografia básica:</p> <p>ANDERSON, Perry. <i>As origens da pós-modernidade</i>. Lisboa: Edições 70, 2005. ANDERSON, Perry. <i>Espectro</i>. São Paulo: Boitempo, 2012. GINZBURG, Carlo. <i>O fio e os rastros</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. HOBBSAWM, Eric. <i>Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX</i>. Companhia das Letras, 2013. MELO, Demian Bezerra de (org.). <i>A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo</i>. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. MÉSZÁROS, István. <i>Estrutura social e forma de consciência: a dialética da estrutura e da história</i>. São Paulo: Boitempo, 2014. THOMPSON, E. P. <i>As peculiaridades dos ingleses e outros artigos</i>. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso. <i>Narrativa, sentido, história</i>. Campinas: Papyrus, 1997. DOSSE, François. <i>A história em migalhas: Dos Annales à nova História</i>. Bauru: Edusc, 2003.</p>		

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
 KOSELECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
 LOPES, Marcos Antônio; MUNHOZ, Sidnei J. (orgs.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010.
 MALERBA, Jurandir. *Ensaio: Teoria, História e Ciências Sociais*. Londrina: Eduel, 2011.

DISCIPLINA:	História da Legislação educacional e das Políticas Públicas para a Educação no Brasil	
C/H TOTAL:	72 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: ---	
EMENTA: Estudo histórico da legislação educacional e das políticas públicas para a educação no Brasil, com ênfase na gestão escolar.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRZEZINSKI, Iria. <i>LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares</i> . São Paulo: Cortez, 2009.		
DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (Orgs.). <i>Políticas públicas e educação básica</i> . São Paulo: Xamã, 2001.		
LIBÂNIO, José Carlos. <i>Educação escolar: políticas, estrutura e organização</i> . 10ªed. São Paulo: Cortez. 2012.		
SAVIANI, Dermeval. <i>A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas</i> . 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção educação contemporânea).		
SHIROMA, Eneida O.; MORAES, M ^a Célia M.; EVANGELISTA, Olinda. <i>Política Educacional</i> . 2 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
DE TOMMASI, Livia et al. (Orgs.). <i>O Banco Mundial e as Políticas Educacionais</i> . São Paulo: Cortez, 1996.		
LIBÂNIO, José Carlos. <i>Organização e gestão da escola: teoria e prática</i> . Goiânia: Editora alternativa, 2001.		
PERONI, Vera. <i>Política educacional e o papel do Estado: no Brasil dos anos 1990</i> . São Paulo: Xamã, 2003.		
RIBEIRO, Maria Luísa Santos. <i>História da Educação Brasileira: organização escolar</i> . 19ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2003.		
SAVIANI, Dermeval. <i>História das ideias pedagógicas no Brasil</i> . 2ª ed. Campinas, S.P: Editora Autores Associados, 2008.		

DISCIPLINA:	Ensino de História no Ensino Fundamental	
C/H TOTAL:	72 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: ---	
EMENTA: Estudo do processo ensino-aprendizagem, abordando as variáveis relativas às atividades docentes, bem como as técnicas de planejamento, orientação e avaliação da aprendizagem. Didática da História para Ensino Fundamental.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BARCA, Isabel. Aula Oficina: do projecto à avaliação. In. Para uma educação histórica de qualidade. <i>Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica</i> . Braga (PT): Ed. Universidade do Minho, 2004.		

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

CERRI, Luís Fernando. *Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

FABREGAT, C.; HERRERO FABREGAT, M. *Como preparar uma aula de História*. Lisboa: Edições Asa, 1991.

FONSECA, Selva G. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas: Papyrus, 2003.

GASPARIN, João Luiz. *Uma Didática para a pedagogia Histórico-Crítica*. Campinas: Autores Associados, 2002.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares para o Ensino de História: Séries Finais do Ensino Fundamental e Médio. Curitiba: Seed/Paraná, 2008.

PARANÁ. Currículo Básico do Estado do Paraná. Curitiba: 1991.

PIMENTA, Selma Garrido e LMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e docência*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PROENÇA, Maria Cândida. *Ensinar/ aprender história: questões de didática aplicada*. Lisboa: Livros Horizontes, 1990.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SILVA, Cristiani Bereta da; et. al (orgs.) *Experiências de ensino de história no estágio supervisionado*. Vol. I. Florianópolis, Sc: Editora UDESC, 2011.

SILVA, Cristiani Bereta da [Et. Al.]. *Experiências de ensino de História no Estágio Supervisionado*. Vol. II. Florianópolis, Sc: Ed. da Udesc, 2012.

SILVA, Marcos e FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar História no Século XXI: em busca do tempo perdido*. Campinas: PAPIRUS, 2007.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora e BARCA, Izabel. *Aprender História*. Perspectivas da Educação Histórica. RS: Unijui, 2009.

VEIGA, Ilma Passos. *As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico: Novos Desafios para a Escola*. Campinas: Papyrus, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CITRON, Suzanne. *Ensinar história hoje: a memória perdida e reencontrada*. Lisboa: Livros Horizontes, 1990.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório* São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

PROENÇA, Maria Cândida & MANIQUE, Antonio Pedro. *Didática da história: patrimônio e história local*. Porto: Texto editorial, 1994.

SILVA, Marcos (Org.). *Repensando a história*. São Paulo: Marco Zero, 1987.

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental	
C/H TOTAL:	240 horas/aula	
C/H TEÓRICA: ---	C/H PRÁTICA: 240	
EMENTA: Vivenciar o dia-a-dia da escola de ensino fundamental, conhecendo a rotina das atividades docentes e atuando como regente do processo de transmissão e produção do conhecimento na área de História.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BARCA, Isabel. Aula Oficina: do projecto à avaliação. In. Para uma educação histórica de qualidade. *Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica*. Braga (PT): Ed. Universidade do Minho, 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- CERRI, Luís Fernando. *Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.
- FABREGAT, C.; HERRERO FABREGAT, M. *Como preparar uma aula de História*. Lisboa: Edições Asa, 1991.
- FONSECA, Selva G. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas: Papirus, 2003.
- GASPARIN, João Luiz. Uma *Didática para a pedagogia Histórico-Crítica*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- PARANÁ. Diretrizes Curriculares para o Ensino de História: Séries Finais do Ensino Fundamental e Médio. Curitiba: Seed/Paraná, 2008.
- PARANÁ. Currículo Básico do Estado do Paraná. Curitiba: 1991.
- PIMENTA, Selma Garrido e LMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e docência*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- PROENÇA, Maria Cândida. *Ensinar/ aprender história: questões de didática aplicada*. Lisboa: Livros Horizontes, 1990.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- SILVA, Cristiani Bereta da; et. al (orgs.) *Experiências de ensino de história no estágio supervisionado*. Vol. I. Florianópolis, Sc: Editora UDESC, 2011.
- SILVA, Cristiani Bereta da [Et. Al.]. *Experiências de ensino de História no Estágio Supervisionado*. Vol. II. Florianópolis, Sc: Ed. da Udesc, 2012.
- SILVA, Marcos e FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar História no Século XXI: em busca do tempo perdido*. Campinas: PAPIRUS, 2007.
- SCHIMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004.
- SCHIMIDT, Maria Auxiliadora e BARCA, Izabel. *Aprender História*. Perspectivas da Educação Histórica. RS: Unijui, 2009.
- VEIGA, Ilma Passos. *As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico: Novos Desafios para a Escola*. Campinas: Papirus, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CITRON, Suzanne. *Ensinar história hoje: a memória perdida e reencontrada*. Lisboa: Livros Horizontes, 1990.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo. Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório* São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- PROENÇA, Maria Cândida & MANIQUE, Antonio Pedro. *Didática da história: patrimônio e história local*. Porto: Texto editorial, 1994.
- SILVA, Marcos (Org.). *Repensando a história*. São Paulo: Marco Zero, 1987.

DISCIPLINA:	História Contemporânea II	
C/H TOTAL:	144 horas/aula	
C/H TEÓRICA:	132	C/H PRÁTICA: 12
EMENTA: Estudo da história contemporânea nos seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais do início desde as Grandes Guerras Mundiais à Mundialização do Capital por meio de fontes históricas e da revisão historiográfica. Uso de recursos didáticos e paradidáticos para o ensino de História Contemporânea.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARRIGHI, Giovanni. <i>O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo</i> . São Paulo: Unesp, 1996. ELLEINSTEIN, Jean. <i>A revolução das revoluções</i> . Lisboa: Prelo, 1975. FELICE, Renzo. <i>Explicar o fascismo</i> . Lisboa: Edições 70, 1976. FERRO, Marc. <i>A Revolução Russa de 1917</i> . 2 ed., São Paulo: Perspectiva, 1988. HARVEY, David. <i>O neoliberalismo: história e implicações</i> . São Paulo: Loyola, 2008. HOBSBAWM, Eric. <i>A Era dos Impérios</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. HOBSBAWM, Eric. <i>A Era dos Extremos: o breve século XX</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1995. MAGDOFF, Harry. <i>A era do imperialismo</i> . São Paulo: Hucitec, 1978. MICHEL, Henri. <i>Os fascismos</i> . Lisboa: Dom Quixote, 1977.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BEAUD, Michel. <i>História do capitalismo</i> . São Paulo: Brasiliense, 1990. BECKER, Jean-Jacques. <i>O tratado de Versalhes</i> . São Paulo: Ed. da UNESP, 2011. BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. <i>O novo espírito do capitalismo</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2009. FROMKIN, David. <i>Paz e Guerra no Oriente Médio: A queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno</i> . Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. GENTILE, Emilio; FELICE, Renzo de. <i>A Itália de Mussolini e a origem do fascismo</i> . São Paulo: Ícone, 1988. HARVEY, David. <i>O novo imperialismo</i> . São Paulo: Loyola, 2005. HERF, Jeffrey. <i>O modernismo reacionário: Tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no 3º Reich</i> . São Paulo: Ensaio, 1993. MAGDOFF, Harry. <i>Imperialismo: da Era colonial ao presente</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1979. MANDEL, Ernest. <i>O significado da Segunda Guerra Mundial</i> . São Paulo: Ática, 1986.		

DISCIPLINA:	História da América II	
C/H TOTAL:	72 horas/aula	
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA: ---
EMENTA: Estudo da formação das estruturas e das transformações das sociedades americanas, suas especificidades e contextualização internacional por meio de documentos e da produção historiográfica do período independentista até os dias atuais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRUIT, Héctor H. <i>Revoluções na América Latina: O que são as revoluções? México e Bolívia, Cuba e Nicarágua</i> . Coord. Jaime Pinsky. São Paulo: Atual, 1998. DEL POZO, José. <i>História da América Latina e do Caribe: dos processos de Independência aos dias atuais</i> . Petrópolis: Ed. Vozes, 2009. LANDES, David S. <i>A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres</i> . Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 1998.		

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. Expressão popular, 2012.

PRADO, Maria Ligia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SCHILLING, Voltaire. *EUA x América Latina: as etapas da dominação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Fidel. *A História me absolverá*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2013.

_____, Maria Ligia. PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

SADER, Emir. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1992.

DISCIPLINA:	História do Brasil República II	
C/H TOTAL:	144 horas/aula	
C/H TEÓRICA:	132	C/H PRÁTICA: 12
EMENTA: Estudo das relações econômicas, políticas, sociais e culturais desenvolvidas no Brasil do populismo aos dias atuais por meio de fontes históricas e da revisão historiográfica. Uso de recursos didáticos e paradidáticos para o ensino de História do Brasil República.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BANDEIRA, Muniz. <i>O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)</i> . Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977.		
BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. <i>O governo Jânio Quadros</i> . 6oed. São Paulo: Brasiliense, 1994.		
CHAVES, Gilmar & Sousa, Daniel (orgs). <i>34 depoimentos de personalidades sobre a resistência à ditadura militar</i> . Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.		
FERNANDES, Florestan. <i>Nova República?</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1986.		
MARANHÃO, Ricardo. <i>O governo Juscelino Kubitschek</i> . 5oed. São Paulo: Brasiliense, 1988.		
MORAES, Dênis. <i>A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões</i> . Rio de Janeiro: Espaço Tempo, 1989.		
NAPOLITANO, Marcos. <i>1964: história do regime militar</i> . São Paulo: Contexto, 2014.		
RIDENTI, Marcelo. <i>Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV</i> . Rio de Janeiro: Record, 2000.		
SILVA, Antonio Ozaí. <i>História das tendências no Brasil: Origens, cisões e propostas</i> . 2o Ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.		
SINGER, André. <i>Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador</i> . São Paulo: Cia. das Letras, 2012,		
SKIDMORE, Thomas. <i>Brasil: de Getúlio a Castelo</i> . Trad. Ismênia T. Dantas. Rio de Janeiro: Saga S/A, 1969.		
_____. <i>Brasil: de Castelo a Tancredo</i> . Trad. Mauro S. Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BELLUZZO, Luiz Gonzaga; LUCAS, Fábio. <i>A guerra do Brasil: a reconquista do Estado brasileiro</i> . São Paulo: Texto Novo, 2000.		
GARCIA, Antonio Álvaro. <i>Agricultura e desenvolvimento econômico no Brasil: os debates nas décadas de 50 e 70</i> . Porto Alegre: Ensaio FEE, 1990.		
LACERDA, Carlos. <i>Depoimentos</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.		
MARINI, Ruy Mauro. <i>Dialética da dependência</i> . Rio de Janeiro: Vozes/Clacso, 2000.		
OLIVEIRA, Francisco. <i>Crítica à razão dualista: o ornitorrinco</i> . São Paulo: Boitempo, 2003.		

SCHWARZ, Robert. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
KEYNES, M. John. *Inflação e Deflação*. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DISCIPLINA:	História do Paraná	
C/H TOTAL:	144 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 132	C/H PRÁTICA: 12	
EMENTA: Estudo da formação histórica do Paraná por meio de fontes históricas e da revisão historiográfica. Uso de recursos didáticos e paradidáticos para o ensino de História do Paraná.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BALHANA, A. P., PINHEIRO MACHADO, B., WESTPHALEN, C. <i>História do Paraná</i> . Curitiba: Grafipar, 1969. v. 1		
CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. <i>Atlas histórico do Paraná</i> . Curitiba: Chain Editora, 1986.		
DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: Editora do Chain, 1991.		
HOLANDA, Sérgio Buarque de. <i>Visão do Paraíso</i> , 4a. Ed. Rio de Janeiro, José Olympio. 1985		
LAVALLE, Aída Mansani. <i>A Madeira na economia paranaense</i> . Curitiba: Grafipar, 1981.		
LINHARES, Temístocles. <i>História econômica do mate</i> . Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.		
MACHADO, Brasil Pinheiro. Sinopse da história regional do Paraná. BOLETIM DO IHGEP. Curitiba, Requião, 1951.		
MARTINS, Romário. <i>Terra e gente do Paraná</i> . Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. (Coleção Farol do Saber).		
MARTINS, Romário. <i>História do Paraná</i> . Curitiba Editora Guairá, 1939.		
MOREIRA, Julio E. <i>Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá</i> . Curitiba: Imprensa Oficial, 1975. 3 v.		
NEGRÃO, Francisco. <i>Genealogia paranaense</i> . Curitiba: Imprensa Paranaense, 1926-1950. 7v.		
PADIS, Pedro Calil. <i>Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná</i> . São Paulo: Hucitec, 1981.		
RITTER, Marina L. <i>As sesmarias do Paraná no século XVIII. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense</i> . Curitiba, 1980.		
VIANNA, Oliveira. <i>Populações Meridionais do Brasil</i> . 2 v. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia/EDUFF., 1987.		
WACHOWICZ, Ruy Christovam. <i>História do Paraná</i> . Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BARROS, José d'Assunção. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. VARIA HISTÓRIA, BH, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez 2006.		
COSTA, Odah. Emancipação política do Paraná: 150 anos. Boletim do IHGP. n. 54, 2003. Edição Comemorativa do Sesquicentenário do Paraná.		
LAMB, Roberto E. <i>Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná, (1876-1882)</i> . Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.		
MAGALHÃES, Marion Brepohl de. <i>Paraná: política e governo</i> . Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.		
MONTEIRO, John Manuel. <i>Negros da Terra</i> . São Paulo, Companhia das Letras, 1994.		
MOTA, Lúcio Tadeu. <i>As Guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná</i> . Maringá, Editora da UEM, 1994.		
NADALIN, Sérgio Odilon. <i>Paraná: ocupação do território, população e migrações</i> . Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2002.		



OLIVEIRA, Dennison de. *Urbanização e Industrialização no Paraná*. Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.

PEREIRA, Luis Fernando. *Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário da Primeira República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PEREIRA, Magnus R. de M. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

SANTOS, A. C. Povoação e civilização na América Portuguesa das primeiras décadas do século XVIII. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) Anais da XXIII Reunião. Curitiba, 2003.

SANTOS, Carlos Roberto A. dos. *Vida material vida econômica*. Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.

TRINDADE, Etelvina; ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura e Educação no Paraná*. Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.

DISCIPLINA:	História e Cultura dos Povos Indígenas e Afro-brasileiros	
C/H TOTAL:	72 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: ---	
EMENTA: Estudo da contribuição dos povos indígenas e afro-brasileiros na formação da cultura e identidade nacional e a discussão da questão étnico-racial no Brasil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
APPIAH, Kwanu A. <i>Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura</i> . Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.		
BENTO, Maria Aparecida Silva. <i>Cidadania em Preto e Branco: discutindo as relações étnico-raciais</i> . São Paulo: Editora Ática, 2005.		
CARVALHO, José Murilo. <i>Cidadania no Brasil: o longo caminho</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.		
COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. <i>Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas</i> . Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014. 110p.: il. (Série Traçados, v. 3).		
COSTA, Luciano Gonsalves (Org). <i>História e cultura afro-brasileira: subsídios para a prática da Educação sobre relações étnico-raciais</i> . Maringá: Eduem, 2010. 186p.		
FERNANDES, Florestan. <i>O negro no mundo dos brancos</i> . São Paulo: Difel, 1972.		
OLIVEIRA, José Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. <i>A Presença Indígena na Formação do Brasil</i> . Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.		
SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.) <i>A Temática Indígena na Escola: Novos Subsídios para Professores de 1o e 2o Graus</i> . p. 87- 105. MEC – MARI – UNESCO. Brasília. 1999.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
FERNANDES, Florestan. <i>O negro no mundo dos brancos</i> . São Paulo: Difel, 1972.		
GUIMARÃES, Antonio S.; HUNTLEY, Lynn. (Org.) <i>Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.		
HERNANDEZ, Leila. <i>A África na sala de aula: visita à História Contemporânea</i> . São Paulo: Selo Negro, 2005.		
MATOS, Regiane Augusto de. <i>História e Cultura Afro-brasileira</i> . São Paulo: Editora contexto, 2007.		
REIS, João José. <i>Rebelião escrava no Brasil: história do levante dos malês (1835)</i> . São Paulo: Brasiliense, 1986.		

DISCIPLINA:	Ensino de História no Ensino Médio	
C/H TOTAL:	72 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: ---	
EMENTA: Estudo do processo ensino-aprendizagem, abordando as variáveis relativas às atividades docentes, bem como as técnicas de planejamento, orientação e avaliação da aprendizagem. Didática da História para Ensino Médio.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BITTENCOURT, Circe. <i>Ensino de História: fundamentos e métodos</i> . São Paulo: Cortez, 2004. BITTENCOURT, Circe (org.). <i>O saber histórico na sala de aula</i> . São Paulo: Contexto, 1997. BURGUIÈRIE, Pierre. <i>Dicionário das ciências história</i> . Rio de Janeiro: Imago, 1993. FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</i> . São Paulo: Paz e Terra, 1986. FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. <i>Medo e ousadia: o cotidiano do professor</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. CABRINI, C. et al. <i>O ensino de História: revisão urgente</i> . São Paulo: Brasiliense, 1986.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: PAIVA, Eduardo França. <i>História & imagens</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2002. FERRO, Marc. <i>Cinema e história</i> . Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992. KOSSOY, Boris. <i>Fotografia e história</i> . São Paulo: Ática, 1989. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (orgs.). <i>História da cidadania</i> . São Paulo: Contexto, 2005. CHARTIER, Roger. <i>A história cultural: entre práticas e representações</i> . Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertand do Brasil, 1990. SANTOS, M. C. <i>Repesando a ação cultural e educativa dos museus</i> . Bahia: UFBA, 1990.		

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado no Ensino Médio	
C/H TOTAL:	240 horas/aula	
C/H TEÓRICA: ---	C/H PRÁTICA: 240	
EMENTA: Vivenciar o dia-a-dia da escola de ensino médio, conhecendo a rotina das atividades docentes e atuando como regente do processo de transmissão e produção do conhecimento na área de História.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BITTENCOURT, Circe. <i>Ensino de História: fundamentos e métodos</i> . São Paulo: Cortez, 2004. BITTENCOURT, Circe (org.). <i>O saber histórico na sala de aula</i> . São Paulo: Contexto, 1997. BURGUIÈRIE, Pierre. <i>Dicionário das ciências história</i> . Rio de Janeiro: Imago, 1993. FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</i> . São Paulo: Paz e Terra, 1986. FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. <i>Medo e ousadia: o cotidiano do professor</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. CABRINI, C. et al. <i>O ensino de História: revisão urgente</i> . São Paulo: Brasiliense, 1986.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: PAIVA, Eduardo França. <i>História & imagens</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2002. FERRO, Marc. <i>Cinema e história</i> . Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992. KOSSOY, Boris. <i>Fotografia e história</i> . São Paulo: Ática, 1989. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (orgs.). <i>História da cidadania</i> . São Paulo: Contexto, 2005. CHARTIER, Roger. <i>A história cultural: entre práticas e representações</i> . Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertand do Brasil, 1990. SANTOS, M. C. <i>Repesando a ação cultural e educativa dos museus</i> . Bahia: UFBA, 1990.		

DISCIPLINA:	Trabalho de Conclusão de Curso	
C/H TOTAL:	240 horas/aula	
C/H TEÓRICA: ---	C/H PRÁTICA: 240	
EMENTA: Fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa em História. Estruturação de projeto de pesquisa. Orientação sobre os Métodos para efetivação da pesquisa. Redação dos resultados da pesquisa a serem debatido com arguidores nos seminários de Monografia e na defesa da Monografia final.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARDOSO, Ciro. F. S.; VAINFAS, R.(Orgs.). <i>Domínios da História</i> . Rio de Janeiro: Campus, 2011. CARDOSO, Ciro. F. S.; VAINFAS, R.(Orgs.). <i>Novos domínios da História</i> . Rio de Janeiro, Campus, 2013. ECO, Umberto. <i>Como se faz uma tese</i> . São Paulo: Perspectiva, 1991. SALOMON, Dêlcio Vieira. <i>Como fazer uma monografia</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2004. SEVERINO, Antônio J. <i>Metodologia do Trabalho Científico</i> . São Paulo: Cortez, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BARROS, José D'Assumpção. <i>O projeto de pesquisa em História</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. CARDOSO, Ciro Flamarion S. <i>Os métodos da História</i> . Rio de Janeiro: Ed. Graal. 1983. CARDOSO, Ciro Flamarion. <i>Um historiador fala de Teoria e Metodologia: ensaios</i> . Bauru, SP: Edusc, 2005. HOBSBAWM, Eric. <i>Sobre História</i> . São Paulo: Cia das letras, 1998.		

DISCIPLINA:	Introdução à Libras	
C/H TOTAL:	72 horas/aula	
C/H TEÓRICA: 72	C/H PRÁTICA: ---	
EMENTA: A compreensão histórica das comunidades surdas e de sua produção cultural. Bilinguismo e educação de surdos: diretrizes legais e político-pedagógicas. Aspectos linguísticos da língua de sinais brasileira: teoria e prática.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL. Lei 9304, de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . CARVALHO, Rosita Edler. <i>Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva</i> . Porto Alegre: Mediação, 2000. FERNANDES, E. <i>Problemas Linguísticos e Cognitivos do Surdo</i> . Rio de Janeiro: Agir, 1990. FERREIRA-BRITO, L. <i>Por uma gramática de Línguas de Sinais</i> . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995 GESSER, A. <i>LIBRAS? Que língua é essa?</i> São Paulo: Parábola, 2009. KARNOPP, L. B.; QUADROS, R.M. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i> . Porto Alegre: Artmed, 2004. PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. <i>Curso de Libras 1</i> . Rio de Janeiro: LIBRAS Vídeo, 2006. QUADROS, R de. <i>Educação de Surdo: A Aquisição da Linguagem</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

CAMPELO, A. R. S. Aspectos da visualidade na educação de Surdos. Tese de Doutorado. Florianópolis. UFSC. 2008.
 MANTOAN, Maria Teresa Égler. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. Revista UFSM EDUCAÇÃO, edição 2007, vol. 32, n. 2.
 PERLIN, Gládis. *Surdos: cultura e pedagogia. A invenção da surdez II*. Org. Adriana da Silva Thoma, Maura Corcini Lopes. Edunisc: Santa Cruz. 2006.
 STROBEL, K. História da Educação de Surdos. Caderno de Estudos do Curso de educação à distância Licenciatura Letras/LIBRAS. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.

6.2 Disciplinas Optativas

DISCIPLINA:	Tópicos de História Antiga
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo de tema do Mundo Antigo a partir de fontes históricas e do debate historiográfico sobre a Antiguidade.	

DISCIPLINA:	Tópicos de História Medieval
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo de tema do Mundo Medieval a partir de fontes históricas e do debate historiográfico sobre História Medieval.	

DISCIPLINA:	Tópicos de História do Brasil Colônia
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo de tema do Brasil colonial a partir de fontes históricas e do debate historiográfico sobre História do Brasil Colônia.	

DISCIPLINA:	Tópicos de História Moderna
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo de tema do Mundo Moderno a partir de fontes históricas e do debate historiográfico sobre História Moderna.	

DISCIPLINA:	Tópicos de História do Brasil Império
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo de tema do Brasil imperial a partir de fontes históricas e do debate historiográfico sobre História do Brasil Império.	

DISCIPLINA:	Tópicos de História da América
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo de tema da História da América a partir de fontes históricas e do debate historiográfico.	



DISCIPLINA:	Tópicos de História Contemporânea
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo de tema do Mundo Contemporâneo a partir de fontes históricas e do debate historiográfico sobre História Contemporânea.	

DISCIPLINA:	Tópicos de História do Brasil República
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo de tema do Brasil republicano a partir de fontes históricas e do debate historiográfico sobre História do Brasil República.	

DISCIPLINA:	Tópicos de História do Paraná
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo de tema da História do Paraná a partir de fontes históricas e do debate historiográfico.	

DISCIPLINA:	Tópicos de Teorias da História
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo de temas de Teorias da História a partir de paradigmas, categorias analíticas e métodos próprios à historiografia.	

DISCIPLINA:	História da Ásia
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo da história das sociedades asiáticas por meio de fontes históricas e da revisão historiográfica.	

DISCIPLINA:	Metodologia da Extensão em História
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo dos procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária na área de História e a sua função acadêmica e social, articulados ao ensino de graduação e à pesquisa.	

DISCIPLINA:	História do Tempo Presente
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo do processo de transformação social na passagem do século XX ao XXI a partir da historiografia e categorias conceituais relacionadas ao tempo presente. Reflexão sobre a relação entre uso do passado, memória e esquecimento no tempo presente.	

DISCIPLINA:	História e Arqueologia
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo das tendências teóricas que ampliam a compreensão da relação História e Arqueologia, analisando as relações sociais, políticas, econômicas e culturais entre as diferentes sociedades. O uso da cultura material com fonte de investigação histórica.	

DISCIPLINA:	Tópicos de Historiografia Brasileira
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo de questões teóricas, temas e propostas metodológicas relevantes no debate historiográfico brasileiro.	

DISCIPLINA:	Tópicos de História da Educação
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo de temas da história da educação por meio da análise de fontes históricas e da revisão historiográfica.	

DISCIPLINA:	Tópicos de História da Arte
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo da arte como produto das relações sociais. Análise dos valores e questões estéticas nos movimentos artísticos em sua temporalidade.	

DISCIPLINA:	História e Cinema
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo da relação entre História e Cinema, com vistas a problematizar a questão do tempo nas narrativas fílmicas e as alegorias nas leituras cinematográficas da História.	

DISCIPLINA:	História das Religiões
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo do fenômeno religioso enquanto em sua historicidade. Conceito de religião a partir do diálogo entre História e as Ciências Humanas.	

DISCIPLINA:	História da Ciência
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudos de história da ciência. O desenvolvimento da ciência a partir dos tempos modernos. Especificidades e diferenças entre as ciências da natureza e as ciências humanas.	

DISCIPLINA:	Tópicos de Historiografia Contemporânea
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo de questões teóricas, temas e propostas metodológicas relevantes no debate historiográfico contemporâneo.	



DISCIPLINA:	História Ambiental
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo sobre tema de História Ambiental para refletir sobre as formas de viver, sentir e pensar o mundo natural no tempo histórico.	

DISCIPLINA:	História e Literatura
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo da História Social numa perspectiva interdisciplinar que articule economia, sociabilidade e literatura.	

DISCIPLINA:	Filosofia Política
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: O pensamento político moderno. Estado, sociedade e poder. Teorias contratualistas e seus principais representantes.	

DISCIPLINA:	Filosofia da História
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: A natureza e os problemas da filosofia da história. O sentido do tempo na filosofia grega e medieval. Tempo, história e progresso nas concepções filosóficas modernas. As filosofias teleológicas da história e a hermenêutica filosófica.	

DISCIPLINA:	Tópicos de Ensino de História
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Análise de temáticas candentes ao ensino de História na contemporaneidade, bem como a discussão e práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de História na Educação Básica.	

DISCIPLINA:	História e Direitos Humanos
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo do advento e desenvolvimento dos Direitos Humanos no devir histórico e sua aplicabilidade no ensino de História.	

DISCIPLINA:	História Social da Escravidão
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo de temas relevantes da história social da escravidão brasileira a partir da análise historiográfica e da crítica documental, com ênfase na valorização da agência escrava.	

DISCIPLINA:	História, Memória e Patrimônio
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo da concepção de patrimônio histórico. Patrimônio histórico como prática social e cultural constituída de diferentes memórias e lugares sociais. Os lugares da memória e a preservação do patrimônio histórico.	

DISCIPLINA:	História e Imagem
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo da relação entre História e Imagem, com vistas a problematizar a questão do tempo, alegorias e ideologias nas narrativas iconográficas.	

DISCIPLINA:	História e Movimentos Sociais
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo histórico e historiográfico dos movimentos sociais na contemporaneidade. Conceito de movimento social e sua influência na historiografia.	

DISCIPLINA:	História e Antropologia
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo das tendências teóricas que ampliam a compreensão da relação História e Antropologia, analisando as relações sociais, políticas, econômicas e culturais entre as diferentes sociedades.	

DISCIPLINA:	Tópicos de Pesquisa em História
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo de abordagens teóricas, metodológicas e técnicas de pesquisa em História.	

DISCIPLINA:	Dialética do Trabalho
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo do trabalho enquanto atividade central da história. A relação entre a dialética do trabalho e as lutas de classes. A organização do trabalho na sociedade contemporânea.	

DISCIPLINA:	História da Antiguidade Oriental
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo da história das sociedades orientais da antiguidade por meio de fontes históricas e da revisão historiográfica.	

DISCIPLINA:	Tópicos de História Regional
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo do conceito de região e demais conceitos da História Regional. Sociedade, economia e cultura regional. A relações entre o nacional e o regional	



DISCIPLINA:	Sociologia
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo das correntes teóricas clássicas que formam as vertentes fundamentais do pensamento sociológico, consubstanciadas na obra de Marx, Weber e Durkheim, a partir das possibilidades de análise dos fenômenos sociais e sua importância para a compreensão da sociedade.	

DISCIPLINA:	História Econômica
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo da História Econômica enquanto campo epistemológico da História.	

DISCIPLINA:	Políticas educacional e organização da educação básica
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudos dos problemas ligados à estrutura do ensino fundamental e médio, com ênfase nos aspectos legais, estruturais técnico-administrativos e sua e sua evolução histórica.	

DISCIPLINA:	Psicologia da Educação
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Aspectos psicológicos da inter-relação professor-aluno. Aprendizagem: conceitos, tipos, principais modelos teóricos. Variáveis da aprendizagem. A motivação do aluno. Aspectos centrais do desenvolvimento humano nos anos escolares e na adolescência.	

DISCIPLINA:	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: A história da educação e das principais doutrinas filosóficas educacionais. Estudo e debate da práxis educativa e seu desenvolvimento histórico em diferentes concepções filosóficas da educação.	

DISCIPLINA:	A Teoria da História de Karl Marx
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudo do conceito de história e de categorias teóricas fundamentais à análise historiográfica a partir da obra de Karl Marx e Friedrich Engels.	

DISCIPLINA:	Teoria da História e Marxismo
C/H TOTAL:	36 horas/aula
EMENTA: Estudos sobre a concepção de história e das categorias teóricas fundamentais à análise historiográfica a partir de autores marxistas.	

7. ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS PARA ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Nos últimos anos, o Colegiado de História tem desenvolvido importantes estratégias para estimular as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

1. Ensino: O Colegiado de História tem estimulado os professores a criarem Laboratórios e Núcleos de Estudos, como forma de articular a teoria e a prática docente. Com a implementação dos Laboratórios e dos Núcleos de Estudos, o Colegiado de História procurará desenvolver Programas para impulsionar e disseminar a pesquisa docente e discente, visando a formação de profissionais com competências, viabilizando projetos sobre temas que integrarão diferentes linhas de pesquisas.

As ações dos Laboratórios e dos Núcleos de Estudos serão os principais meios de comunicação do Colegiado de História com a comunidade acadêmica, professores das redes estadual e municipais de ensino e com as instituições da sociedade civil, à medida que promovam eventos como oficinas de história, seminários, atividades de extensão, ciclos de estudos e debates, cursos de atualização e de aprofundamento, e também publicações. Os Laboratórios e Núcleos de Estudos poderão buscar recursos para viabilizar suas ações através de parcerias, convênios, colaborações, patrocínios, doações e de outras alternativas, sempre que aprovadas pelo Colegiado e instâncias superiores da Instituição.

As ações dos Laboratórios e dos Núcleos de Estudos deverão possibilitar aos graduandos o desenvolvimento de atitudes que contemplem as exigências do Parecer nº 492/2001, da Câmara de Ensino Superior, do Conselho Nacional de Educação, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, ou seja: o graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das IES, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos, entre outros).

Nesse sentido, o Corpo Docente do Colegiado de História compromete-se a desenvolver suas atividades ligadas aos Laboratórios de Ensino, Pesquisas e Núcleos de Estudos.

2. Pesquisa: No tocante à pesquisa, cabe destacar o expressivo crescimento que o Colegiado obteve nos últimos anos. Uma parte significativa dos professores possuem Dedicção Exclusiva (regime TIDE) e desenvolvem projetos de pesquisas que contam com a participação de

alunos da graduação através do Programa de Iniciação Científica (IC - Unespar), que oportuniza a concessão de bolsas para os mesmos por meio de financiamento externo de agências de fomento como a Fundação Araucária e o CNPq.

Outra ação importante é a participação dos professores do Colegiado como docentes permanentes em dois Programas *Stricto Sensu*: no Mestrado em Ensino - Formação Docente Interdisciplinar (PPIFOR) no *Campus* de Paranavaí e Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) no *Campus* de Campo Mourão. Por fim, cabe salientar que o corpo docente possui expressiva produção qualificada, a qual é traduzida em livros, artigos e capítulos de livros.

3. Extensão: As principais atividades de extensão são realizadas em três frentes: (1º) o Seminário de História – realizado permanentemente desde 1998, e portanto, já com 20 edições realizadas – que visa desenvolver atividades que articulem ensino, pesquisa e extensão proporcionando um espaço de aprendizagem teórica e prática, assim como cultural, por meio de conferências de pesquisadores, comunicações de pesquisa, intervenção dos participantes (comunidade acadêmica e externa), debates, oficinas e minicursos. (2º) Outra ação desenvolvida pelo Colegiado é a capacitação de professores da rede básica do Estado do Paraná, através do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). O PDE constitui-se como uma política educacional inovadora de formação continuada dos professores da Rede Pública Estadual, através de um conjunto de atividades organicamente articuladas, “definidas a partir das necessidades da Educação Básica, e que busca no Ensino Superior, a contribuição solidária e compatível com o nível de qualidade desejado para a educação pública no Estado do Paraná” (SEED, 2007). Desde o ano de 2009 o Colegiado atua no referido programa, tendo capacitado algumas dezenas de profissionais. (3º) Projeto pontuais, posto que as ações de formação continuada, por meio da oferta regular de cursos e eventos como seminários, jornadas, entre outros, uma vez que isto está em conformidade com as Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, Parecer CES 492/2001, o Colegiado de História da UNESPAR *Campus* de Paranavaí entende que “O exercício responsável da profissão supõe um processo de formação continuada”. Dessa forma, tem-se buscado viabilizar as condições necessárias para uma intensa articulação com as Instituições de Ensino, possibilitando aos graduandos, pós-graduandos e aos professores da educação básica, eventos multidisciplinares que articulem teoria e prática, através do ensino, da pesquisa e da extensão.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o curso de História vem se firmando à medida que as ações do Colegiado de História procuram atender às necessidades do contínuo processo de formação dos graduandos, pós-graduandos e dos professores da educação básica, assim como responder às expectativas da comunidade, contribuindo para o aprimoramento da práxis social.

8. CORPO DOCENTE

COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO				
Nome	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
Marcos Roberto Pirateli	Graduação em História - Licenciatura (Universidade Estadual de Maringá - 2003)	Mestrado em Educação (Fundamentos da Educação) - Universidade Estadual de Maringá (2006) Doutorado Co-Tutela (2015): Estudos Clássicos (Mundo Antigo) - Universidade de Coimbra / Educação (História e Historiografia da Educação) - Universidade Estadual de Maringá	20 horas	TIDE

PROFESSORES EFETIVOS			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Claudinei Luiz Chitolina	Graduação em Filosofia - Licenciatura (Fundação Educacional de Brusque SC - 1989)	Especialização em Educação (Pensamento educacional no Brasil) - Universidade Estadual de Maringá (1996) Mestrado em Educação (Fundamentos da Educação) - Universidade Federal de São Carlos (1999) Doutorado em Filosofia - Universidade Estadual de Campinas (2009)	T-40

Elias de Souza Júnior	Graduação em Filosofia – Licenciatura (Pontifícia Universidade Católica do Paraná – 1986)	Especialização em Psicologia Educacional (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – 1990) Mestrado em Educação (Fundamentos da Educação) – Universidade Estadual de Maringá (2005)	TIDE
Eulália Maria Aparecida de Moraes	Graduação em História - Licenciatura (Universidade Estadual de Maringá – 1998)	Mestrado em Geografia (Análise Regional e Ambiental) – Universidade Estadual de Maringá (2001) Doutorado em História (Cultura e Poder) – Universidade Federal do Paraná (2006)	TIDE
Isabela Candeloro Campoi	Graduação em História - Licenciatura (Universidade Estadual de Maringá – 1998)	Mestrado em História (História Social) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, UNESP, <i>campus</i> de Assis (2001) Doutorado em História Social Universidade Federal Fluminense (2008) Pós-doutorado em História – Freie Universität Berlin (2010)	TIDE
José Augusto Alves Netto	Graduação em História - Licenciatura (Universidade Estadual de Maringá – 1990)	Mestrado em História Social – Universidade Estadual de Maringá (2005)	TIDE
Luciana Regina Pomari	Graduação em História – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, UNESP, <i>campus</i> de Assis (1982)	Especialização em Organização de Arquivos – Universidade de São Paulo (1996) Mestrado em História – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, UNESP, <i>campus</i> de Assis (1996) Doutorado em História – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, UNESP, <i>campus</i> de Assis (2002) Pós-doutorado em História – Universitat de Barcelona (2013)	TIDE

Marcos Roberto Pirateli	Graduação em História - Licenciatura (Universidade Estadual de Maringá - 2003)	Mestrado em Educação (Fundamentos da Educação) - Universidade Estadual de Maringá (2006) Doutorado Co-Tutela (2015): Estudos Clássicos (Mundo Antigo) - Universidade de Coimbra / Educação (História e Historiografia da Educação) - Universidade Estadual de Maringá	TIDE
Maurílio Rompatto	Graduação em história - Licenciatura (Universidade Estadual de Maringá - 1991)	Mestrado em História Social do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995) Doutorado em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Campus de Assis (2004)	TIDE
Renan Bandeirante de Araújo	Graduação em História - Licenciatura (Universidade Estadual Paulista - 1998)	Mestrado em Educação (Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (2002) Doutorado em Sociologia - Universidade Estadual Paulista (2009)	TIDE
Ricardo Tadeu Caires Silva	Graduação em História - Licenciatura e Bacharelado (Universidade Federal da Bahia- 1997)	Mestrado em História (História Social) - Universidade Federal da Bahia (2000) Doutorado em História - Universidade Federal do Paraná (2007)	TIDE
Roberto Leme Batista	Graduação em Letras - Licenciatura (Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul- 1988) Graduação em História - Licenciatura (Universidade Estadual de Maringá - 1991)	Especialização em Ciências Sociais (Sociologia) - Universidade Estadual de Maringá (1997) Mestrado em Ciências Sociais - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Campus de Marília (2002) Doutorado em Ciências Sociais - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Campus de Marília (2010)	T-40

Vanderlei Amboni	<p>Ciências de 1º Grau (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari - 1985)</p> <p>Graduação em História - Licenciatura (Universidade Estadual de Maringá - 1990)</p>	<p>Especialização em Ciências Sociais (Sociologia) - Universidade Estadual de Maringá (1997)</p> <p>Especialização em Formulação e Gestão de Políticas Públicas (Administração) - Universidade Estadual de Maringá (2006)</p> <p>Mestrado em Educação (Fundamentos da Educação) - Universidade Estadual de Maringá (2002)</p> <p>Doutorado em Educação (Educação) - Universidade Federal de São Carlos (2014)</p>	T-24
PROFESSORES CRES			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
David Antonio de Castro Netto	Graduação em História - Licenciatura (Universidade do Sagrado Coração - 2006)	<p>Especialização em História e Sociedade - Universidade Estadual de Maringá (2008)</p> <p>Mestrado História (Política e Movimentos Sociais) - Universidade Estadual de Maringá (2011)</p> <p>Doutorado em História (subjetividade e pluralidade: reflexão e sentimento na História) - Universidade Federal do Paraná (2018)</p>	T-40

RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

Mestres: 2

Doutores: 9

Pós-Doutores: 2

9. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de História, conforme definido em Colegiado e registrado na Ata nº 12/2017-CHI e chancelada pela Portaria nº 01/2018-CCHE, é composto pelos seguintes membros:

- Prof.^a Dr.^a Isabela Candeloro Campoi
- Prof. Dr. Marcos Roberto Pirateli
- Prof. Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva
- Prof. Dr. Roberto Leme Batista
- Prof. Dr. Vanderlei Amboni

10. ANEXOS

Anexo I: Regulamento de Estágio Supervisionado

Anexo II: Regulamento de Estágio curricular não obrigatório do Curso de História

Anexo III: Regulamento das Atividades Acadêmicas Complementares do Curso de História

Anexo IV: Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso

ANEXO I

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Fixa normas que regulamentam o funcionamento da(s) *disciplina(s) de estágio curricular supervisionado do curso de História*, em conformidade com o consignado no Parecer nº 492/2001, da Câmara de Ensino Superior, do Conselho Nacional de Educação, que estabeleceu as *Diretrizes Curriculares dos Cursos de História*, bem como em consonância com a Deliberação 02/09 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, que versa sobre a regulamentação de normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior e outros. O(a) aluno(a) terá que desenvolver 480 horas/aula [400 horas/relógio] de *estágios curriculares supervisionados* a partir da segunda metade do curso, ou seja, na 3ª e 4ª séries, sendo 240 horas/aula [200 horas/relógio] no Ensino Fundamental e 240 horas/aula [200 horas/relógio] no ensino Médio.

Capítulo I

Da Constituição e da Finalidade

Art. 1º - Os objetivos do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de História da Universidade Estadual do Paraná, do *Campus* de Paranavaí são:

- I. Refletir sobre a prática pedagógica, consolidando a sólida formação docente;
- II. o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes necessárias à ação docente;
- III. o intercâmbio de informações e experiências concretas que os preparem para o efetivo exercício da profissão;
- IV. adaptar os conteúdos apreendidos na graduação à realidade em que atuarão;
- V. buscar alternativas ao nível da realidade social e escolar vivenciada;
- VI. vivência real e objetiva junto às escolas do ensino fundamental e médio;
- VII. compreender a complexa e heterogênea realidade que os contextos e situações apresentarem;
- VIII. contribuir para um maior aprofundamento teórico e prático do(a) aluno(a);
- IX. propiciar situações de experiências práticas que aprimorem a formação para a atuação profissional;
- X. contribuir para que o(a) aluno(a) sistematize uma análise crítica a partir do confronto entre os conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas no Curso e as práticas escolares cotidianas;
- XI. possibilitar uma maior interação entre o Curso de História, instituições escolares e não escolares – Educação Básica.
- XII. viabilizar ao(à)s acadêmico(a)s o acesso aos documentos da escola e sua posterior análise.

Art. 2º - Na programação do(s) Estágio(s) Supervisionado(s) deverão ser asseguradas atividades que proporcionem, pelo menos, os seguintes aspectos:

- I. vivências pedagógicas no ensino Fundamental e Médio;
- II. desenvolvimento de ações nos diferentes campos de atuação do(a) profissional de História, em consonância com a proposta curricular do Curso;
- III. integração e interação do(a) estagiário(a) na instituição onde realiza o estágio;
- IV. conhecimento da realidade histórico educacional através da análise do Projeto Político Pedagógico da(s) escola(s) analisada(s);
- V. participação do(a) estagiário(a), com a devida autorização, nos conselhos que permeiam a(s) escola(s).

Art. 3º - Poderão ser desenvolvidas, nas instituições ou órgãos distintos das escolas onde se desenvolvem as atividades de práticas regulares da(s) disciplina(s) de Estágio Supervisionado, atividades de natureza didático-pedagógica, especialmente na área História e de formação

continuada dos profissionais da educação e de reforço da aprendizagem, com o objetivo de enriquecimento da formação acadêmica do(a) aluno(a) do Curso de História.

§1º - O(A) professor(a) de Estágio Supervisionado que pretender desenvolver atividades nos termos previstos neste artigo, deverá apresentar uma proposta específica de trabalho, que conste, pelo menos, as atividades a serem desenvolvidas e o respectivo cronograma de trabalho.

§2º - A carga horária referente às atividades de que trata esse artigo poderão ser computadas como parte da carga horária referente ao Estágio Supervisionado. A Instituição onde o estágio estiver sendo realizado poderá fornecer ao(à) estagiário(a) Certidão contendo as horas de práticas realizadas que serão contadas como atividades de estágio.

Art. 4º - O(a) aluno(a) terá que desenvolver 480 horas/aula de *Estágios curriculares supervisionados* a partir da segunda metade do curso, ou seja, na 3ª e 4ª séries, sendo 240 horas/aula no Ensino Fundamental e 240 horas/aula no ensino Médio.

Art. 5º - Somente poderá executar os *Estágios curriculares supervisionados* o(a) acadêmico(a) que estiver aprovado(a) na disciplina Didática da História.

§1º - Apenas poderá realizar o Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental quem estiver matriculado e frequentando a disciplina de Ensino de História no Ensino Fundamental.

§2º - Somente poderá realizar o Estágio Supervisionado no Ensino Médio quem estiver matriculado e frequentando a disciplina de Ensino de História no Ensino Médio.

Capítulo II

Da organização e do funcionamento do Estágio Supervisionado

Art. 6º - Constituir-se-ão campo de Estágio Curricular Supervisionado esta IES e as Instituições que ofertem o Ensino Fundamental e Médio em suas diferentes modalidades: Regular, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Parágrafo único. Estas instituições deverão estar localizadas no município de Paranavaí e preferencialmente nas Escolas Públicas. Em casos específicos, sob autorização do(a) professor(a) de estágio e coordenação do curso, abrir-se-á exceções.

Art. 7º - A realização do Estágio far-se-á em período diverso daquele destinado à carga horária de outras disciplinas do curso.

Art. 8º - O(A)s professore(a)s de Estágio Curricular Supervisionado deverão apresentar como pré-requisito para exercício da função a experiência profissional nos diferentes níveis de ensino.

Capítulo III

Das Atribuições do(a) Professor(a) de Estágio

Art. 9º - São atribuições do(a) professor(a) de estágio, quando da realização do Estágio Supervisionado:

- I. estabelecer contatos com as escolas e as respectivas direções visando a realização do mesmo;
- II. dar assistência regular ao(à)s estagiário(a)s;
- III. julgar os pedidos de dispensa de Estágio em conformidade com o previsto neste regulamento.

Art. 10º - Compete ao professor(a) orientador(a) de estágio:

- I. definir juntamente com o(a) aluno(as) a(s) Instituição(ões) onde serão desenvolvidas as atividades de campo da(s) disciplina(s) de Estágio Supervisionado;
- II. orientar, acompanhar e supervisionar, sistematicamente, as atividades de Estágio;

- III. definir, juntamente com o(a)s aluno(a)s e o(a)s profissionais da instituição, as atividades a serem desenvolvidas;
- IV. contribuir com o(a) estagiário(a) no aprofundamento dos conhecimentos sistematizados no decorrer de sua formação acadêmica, a partir da realidade encontrada e das experiências vivenciadas;
- V. proporcionar condições para que o(a) estagiário(a) vivencie a realidade dos estabelecimentos de ensino;
- VI. orientar o(a) estagiário(a) no planejamento e execução das atividades docentes em estabelecimento de ensino;
- VII. indicar as fontes de pesquisa e de consulta necessárias para a solução das dificuldades encontradas;
- VIII. manter contatos periódicos com a administração da escola e com o(a) professor(a) regente de classe, na busca do bom desenvolvimento de estágio, intervindo sempre que necessário.
- IX. proceder a avaliação sistemática do(a)s aluno(a)s sob sua orientação, com a colaboração dos profissionais e do(a) próprio(a) aluno(a), tendo como base critérios, procedimentos e instrumentos previamente definidos;
- X. fazer o controle de frequência do(a)s aluno(a)s nas atividades de estágio.

Art. 11º - No processo de definição dos campos de Estágio o(a) professor(a) deverá observar, além das exigências legais vigentes, os seguintes critérios básicos:

- I. dar prioridade às escolas da rede pública de ensino;
- II. cuidar para que as atividades de estágio sejam desenvolvidas, em instituição distinta do local de trabalho do(a) estagiário(a);
- III. que a instituição possua boa infra-estrutura didático, pedagógica, física e administrativa adequadas ao desenvolvimento das atividades de estágio;
- IV. que a instituição, onde for realizar-se o estágio assuma as propostas de trabalho do(a)s estagiário(a)s como ações integradas à sua estrutura e dinâmica de funcionamento.
- V. que o número de estagiário(a)s seja definido considerando as condições de trabalho existentes na instituição/campo.

Capítulo V

Das Atribuições do(a)s Estagiário(a)s

Art. 12º - Compete ao(à) aluno(a) nas atividades de Estágio Supervisionado:

- I. cumprir as etapas previstas para a realização do estágio, a saber:
 - a) observação / participação / colaboração na regência de classe;
 - b) direção de sala de aula;
 - c) realização das atividades prevista para a disciplina;
 - d) registro das atividades desenvolvidas;
 - e) elaboração do relatório final.
- II. organizar sua disponibilidade de tempo para o desenvolvimento das atividades teóricas e práticas conforme instruções do(a) professor(a) orientador(a);
- III. preparar e realizar as atividades de Estágio previamente definidas;
- IV. organizar o registro pessoal das atividades desenvolvidas;
- V. comparecer à instituição onde desenvolve as atividades de estágio nos dias e horários previamente fixados;
- VI. observar as normas e regulamentos da instituição em que realiza o estágio;
- VII. não divulgar, para terceiros, dados observados ou informações fornecidas pela Instituição onde realiza o estágio;

- VIII. discutir com o(a) professor(a) orientador(a) as dificuldades surgidas durante a realização das atividades de estágio;
- XIX. fazer uma permanente auto-avaliação do trabalho desenvolvido, tendo em vista o constante aprimoramento das atividades de Estágio;
- X. elaborar e apresentar os relatórios e demais trabalhos acadêmicos solicitados.
- XI. discutir com o(a) professor(a) regente o planejamento e a execução das atividades propostas;
- XII. manter um comportamento compatível com a função docente, pautando-se pelos princípios da ética profissional;
- XIII. auto avaliar de modo constante e crítico seu desempenho na função docente;
- XIV. colaborar para solução de problemas na escola, campo de estágio, com seus colegas de turma;
- XV. comunicar com antecedência sua ausência nas atividades previstas;
- XVI. cumprir integralmente as normas estabelecidas no Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado.

Capítulo VI **Da Avaliação e da promoção**

Art. 13º - A avaliação no(s) Estágio (s) Curricular(es) Supervisionado(s) fica condicionada a observância dos seguintes aspectos, além dos previstos no regimento da instituição:

- I. desempenho nas atividades teóricas e práticas promovidas e/ou solicitadas pelo professor(a);
- II. desempenho na direção de classe;
- III. apresentação do projeto e relatório do primeiro semestre das atividades desenvolvidas;
- IV. relatório final.

Parágrafo único. O(A)s professore(a)s de Estágio Supervisionado poderão estabelecer outros critérios, desde que devidamente registrados e esclarecidos ao(a)s aluno(a)s.

Art. 14º - Poderão fazer parte da avaliação em Estágio Curricular Supervisionado as observações feitas pelo(a) professor(a) regente de classe e pela equipe técnico-pedagógica do campo de Estágio.

Art. 15º - Para a aprovação no(s) Estágio(s) Curricular(es) Supervisionado(s) o(a) estagiário(a) deverá:

- I. ter cumprido com as atividades propostas pelo(a) professor(a) de Estágio;
- II. apresentar o relatório semestral e final;
- III. obter média igual ou superior ao proposto no Regimento Interno da Instituição.

Capítulo VII **Das Disposições Gerais**

Art. 16º - Caberá ao Colegiado de História encaminhar a discussão e resolução dos casos omissos não previstos neste Regulamento.

Art. 17º - Este regulamento poderá ser modificado no todo ou parte pelo Conselho de Centro, depois de aprovado pelo Colegiado de História.

Art. 18º - O presente regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de História entrará em vigor na data de aprovação pelo Conselho de Centro.

ANEXO II

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE HISTÓRIA

Em consonância com as determinações contidas na Lei 11.788 de 25/09/2008 bem como na Deliberação nº 02/09 – CEE-PR/CP, este regulamento fixa normas para o funcionamento do *estágio curricular não obrigatório do curso de História*.

Capítulo I
Da natureza e objetivos

Art. 1º - Devendo contribuir na formação intelectual e profissional do(a) acadêmico(a) de História, o Estágio Curricular não Obrigatório compreende um conjunto de atividades sem vínculo curricular.

Art. 2º - O Estágio Curricular não Obrigatório do curso de História tem como objetivos:

- I. a execução de conhecimentos teóricos/práticos obtidos na graduação;
- II. desenvolvimento/aprimoramento das habilidades exigidas na prática do ensino;
- III. desenvolvimento de habilidades necessárias à prática da pesquisa.

Art. 3º - A realização do Estágio Curricular não Obrigatório está condicionada à aprovação pelo Colegiado do Curso de História que designa orientador(a), e homologa planos e relatórios previamente encaminhados pelos respectivos orientadores(as) de Estágio.

§1º - Mediante análise do relatório encaminhado pelo orientador(a), o Colegiado de História poderá considerar o Estágio Curricular não Obrigatório como Atividade Acadêmica Complementar.

§2º - O Estágio Curricular não Obrigatório pode contabilizar até 40 (quarenta) horas/aula para Atividade Acadêmica Complementar quando realizado sob supervisão direta, e até 30 (trinta) horas/aula quando executado sob supervisão indireta.

Art. 4º - A carga horária do Estágio Curricular não Obrigatório não deve exceder 20 (vinte) horas/aula semanais, realizados de segunda à sexta-feira.

Parágrafo único. De forma excepcional, sob responsabilidade do(a) orientador(a) e devidamente autorizado pelo Colegiado do Curso de História, a jornada do estágio pode ser estendida até 30 (trinta) horas/aula semanais, e realizada nos finais de semana.

Art. 5º - Poderá ser prevista à carga horária superior à mencionada no Art. 4, em caso de Estágio de imersão, desde que haja parecer favorável do(a) orientador(a) e aprovado pelo Colegiado do Curso de História.

Parágrafo único. Estágio de Imersão é aquele realizado sem concomitância com as atividades de Estágio prevista no Calendário de Atividades de Ensino dos cursos de graduação e cuja natureza exige concentração do(a) acadêmico(a) no desenvolvimento da aprendizagem profissional e cultural, em local, via de regra, diverso do seu domicílio, ficando impossibilitada a Instituição de ensino, o(a) orientador(a) e o Colegiado do Curso de História em monitorar e controlar a jornada semanal do estágio.

Art. 6º - O período do Estágio Curricular não Obrigatório será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogável por igual período, desde que não exceda 2 (dois) anos contados do início do estágio.

Parágrafo único. O pedido de prorrogação será feito por Termo Aditivo ao Termo de Compromisso, firmado antes do final da vigência do estágio, instruído com Plano de Estágio relativo ao novo período.

Capítulo II

Organização Administrativa

Art. 7º - O Estágio Curricular não Obrigatório está vinculado ao Colegiado do Curso de História, sob orientação do(a)s docente(a)s responsáveis pela disciplina de Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental e Médio.

Art. 8º - A duração da carga horária do Estágio Curricular não Obrigatório deve ser registrada no plano de estágio.

Art. 9º - O Estágio Curricular não Obrigatório pode ser realizado nas dependências da Universidade Estadual do Paraná, no *Campus* de Paranavaí, ou de outras instituições conveniadas que ofereçam as condições necessárias para tal fim.

Art. 10º - Considera-se atividades próprias do Estágio Curricular não Obrigatório o conjunto de atividades que se voltam à preparação do(a) profissional nas áreas do ensino, não caracterizadas como sendo atividades do Estágio Obrigatório e que exija a necessária atuação do(a) profissional de História.

Art. 11º - A orientação e acompanhamento do(a) estagiário(a) são realizadas por docentes responsáveis pela disciplina de Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental e Médio do Colegiado do Curso de História, na forma de supervisão direta ou indireta.

Capítulo III

Critério e Metodologia de Avaliação

Art. 12º - A avaliação do Estágio Curricular não Obrigatório é realizada através do Relatório de Atividades, que entregue ao(à) orientador(a) pelo(a) estagiário(a) e submetido ao Colegiado do Curso de História, deve estar em consonância com o cronograma constante no respectivo plano de estágio.

§1º - O Relatório de Atividades deve contemplar:

- I - bibliografia;
- II - atividades realizadas;
- III - prática de estágio;
- IV - avaliação.

§2º - A nota de avaliação das atividades desenvolvidas pelo(a) estagiário(a) é de responsabilidade do(a) docente orientador(a) do Estágio Curricular não Obrigatório, na forma direta ou indireta;

§3º - Para efeito de aprovação, aproveitamento e contagem do Estágio Curricular não Obrigatório na carga horária das Atividades Acadêmicas Complementares, a nota mínima atribuída pelo(a) orientador(a) dever ser igual a 7,0 (sete), após submissão e aprovação do relatório de atividades do Estágio Curricular não Obrigatório ao Colegiado do Curso de História.

Capítulo IV

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 13º - Durante o período de estágio, o(a) estudante será incluído(a) em apólice de seguro de acidentes pessoais, cujo número deverá constar no Termo de Compromisso, pela concedente de estágio, quando se tratar de Estágio Curricular não Obrigatório.

Art. 14º - Os Estágios Curriculares não Obrigatórios em andamento conforme documentos firmados anteriormente às disposições deste regulamento devem ser concluídos na data prevista.

Art. 15º - Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pelo(a) Coordenador(a) do Colegiado do Curso de História em conjunto com o respectivo Colegiado do Curso de História e, em instância superior, pelo Conselho de Colegiado da IES.

ANEXO 3

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES DO CURSO DE HISTÓRIA

As atividades devem ser realizadas no transcorrer do Curso, devendo estar relacionadas ao objeto de formação ou na área das humanidades. Os comprovantes devem ser apresentados e protocolados junto ao Serviço de Protocolo da Instituição de Ensino. O total de horas das atividades acadêmicas complementares deve ser integralizado em mais de uma modalidade. Em caso de o(a) acadêmico(a) ter participação em modalidades diferentes num mesmo evento, só é aceito certificado de uma delas. Os livros e artigos publicados, para fins de atividades acadêmicas complementares, serão avaliados por uma comissão formada por três professores do Colegiado para emissão de parecer de validação dos mesmos.

Art. 1º - O presente regulamento tem por finalidade normatizar o registro acadêmico das Atividades Acadêmicas Complementares e constituem exigência curricular obrigatória, com carga horária de 240 horas/aula [200 horas/relogio], sendo o seu integral cumprimento indispensável para a colação de grau no Curso de História.

Art. 2º - Cabe ao(à) Coordenador(a) do Curso de História deferir o aproveitamento das atividades acadêmicas complementares realizadas pelo(a) acadêmico(a), através da análise dos comprovantes apresentadas junto ao protocolo da Instituição.

Art. 3º - As atividades acadêmicas complementares são entendidas como as não-integrantes das práticas pedagógicas previstas nos componentes curriculares do Curso, desde que afins à área de formação humanística e profissional do Curso.

Parágrafo único. São objetivos das atividades acadêmicas complementares o aprofundamento das temáticas estudadas ao longo do Curso e o enriquecimento das vivências acadêmicas.

Art. 4º - Para fins de aproveitamento de estudos como atividades acadêmicas complementares, são consideradas as seguintes modalidades, observado o disposto no artigo 3º deste Regulamento:

I - Atividades de Ensino e Pesquisa. As atividades de ensino e pesquisa constituem-se de:

- a) Monitoria;
- b) Participação em projetos de pesquisa;
- c) Grupos de estudos;
- d) Viagens de estudos;
- e) Disciplinas não pertencentes à estrutura curricular;
- f) Cursos de línguas estrangeiras realizados em instituição de ensino superior.

II - Atividades de Extensão Departamental e/ou de Colegiado. As atividades de extensão desta natureza constituem-se de:

- a) Congressos;
- b) Seminários;
- c) Jornadas;
- d) Encontros;
- e) Simpósios;
- f) Aula Inaugural.

III - Atividades de Extensão Docente. As atividades de extensão Docente constituem-se de:

- a) Cursos de Extensão;
- b) Oficinas;
- c) Ciclos de Estudo.

IV - Produção científica. A produção científica constitui-se de:

- Publicação acadêmica (livros, artigos, resenhas em meio impresso ou eletrônico);
- Participação em eventos com apresentação de trabalhos através de painel, pôster, comunicação oral, palestra ou mesa-redonda.

V - Vivência profissional e acadêmica complementar. A vivência profissional e acadêmica complementar consiste em:

- Estágios não-curriculares;
- Trabalhos voluntários;
- Participação cultural e política estudantil;
- Participação em Colegiados da Instituição.

§1º - Além dessas atividades, outras podem ser reconhecidas, a critério do(a) Coordenador(a) do Curso de História, ouvido seus pares.

§2º - As atividades acadêmicas complementares devem ser integralizadas em mais de uma modalidade.

§3º - As atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção científica fora do campo da História serão computados em 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente às atividades listadas na planilha em anexo, e desde de que em áreas do conhecimento ligadas ao ensino e à licenciatura.

Art. 5º - Não serão validadas as atividades acadêmicas complementares em que o(a) acadêmico(a) tenha obtido frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento), quando for o caso.

Art. 6º - A participação em atividades acadêmicas complementares deve ser comprovada pelo(a) acadêmico(a), mediante apresentação de certificado de participação e frequência, ou documento equivalente, a ser avaliado e aprovado pelo(a) Coordenador(a) do Curso.

Parágrafo único. A documentação comprobatória das atividades acadêmicas complementares deve ser protocolizada junto ao Serviço de Protocolo da Instituição de Ensino.

Art. 7º - A participação em eventos realizados antes do ingresso na instituição não serão objeto de reconhecimento e validação como atividades acadêmicas complementares.

Parágrafo único. O(A) acadêmico(a) que ingressar por transferência externa pode validar as atividades realizadas a partir do ingresso em seu curso de origem.

Art. 8º - A carga-horária, mínima e máxima, por modalidade, é definida na planilha complementar anexa.

Art. 9º - A análise e a definição da carga-horária de registro correspondente às atividades acadêmicas complementares cumpridas pelo(a) acadêmico(a) são registradas em ficha própria na Secretaria Acadêmica.

Art. 10º - Cabe ao(à) Coordenador(a) do Curso História resolver os casos omissos, submetendo-os, quando necessário, ao Conselho Departamental.

ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES PLANILHA COMPLEMENTAR	
Atividades	
I - Atividades de ensino e pesquisa	Carga horária certificada
Monitoria	100% da c.h.c.
Participação em projetos de pesquisa	50% da c.h.c.
Seminários de estudos	50% da c.h.c.
Viagens de estudos	15% da c.h.c.
Disciplinas não pertencentes à estrutura curricular	50% da c.h.c.
Cursos de línguas estrangeiras realizados em instituição de ensino superior	50% da c.h.c.
Carga Horária Máxima para atividades de apoio ao ensino	80 horas/relógio



	(= 96 horas/aula)
II - Atividades de extensão - Colegiado e/ou departamental	Carga horária certificada
Congressos	100% da c.h.c.
Seminários	100% da c.h.c.
Jornadas/Simpósios	100% da c.h.c.
Ciclo de palestras	100% da c.h.c.
Aula inaugural	100% da c.h.c.
Carga Horária Máxima para atividades de extensão - departamento	200 horas/relógio (=240 horas/aula)
III - Atividades de extensão - Docente	Carga horária certificada
Cursos de extensão	30% da c.h.c.
Oficinas	30% da c.h.c.
Ciclos de Estudos	30% da c.h.c.
Carga Horária Máxima para atividades de extensão - docente	80 horas/relógio (= 96 horas/aula)
IV - Produção científica	Carga horária certificada
1. Publicação acadêmica:	
Livro	30 horas/relógio (= 36 horas/aula)
Artigo completo	20 horas (= 24 horas/aula)
Resenha	10 horas (=12 horas/aula)
Carga Horária Máxima para produção acadêmica	100 horas/relógio (= 120 horas/aula)
2. Apresentação de Trabalhos:	
Painel	05 horas/relógio (= 6 horas/aula)
Pôster	05 horas/relógio (= 6 horas/aula)
Comunicação	10 horas/relógio (=12 horas/aula)
Palestra/Conferência, etc.	20 horas/relógio (= 24 horas/aula)
Mesa-redonda	15 horas/relógio (= 18 horas/aula)
Carga Horária Máxima para apresentação de trabalhos	80 horas/relógio (= 96 horas/aula)
V - Vivência profissional e acadêmica complementar	
Estágios não-curriculares	15% da c.h.c.
Trabalhos voluntários	10% da c.h.c.
Participação cultural e política estudantil (teatro, coral, C.A. etc)	15% da c.h.c.
Participação em colegiados da instituição	100% da c.h.c.
Carga Horária Máxima para Vivência profissional e acadêmica complementar	60 horas/relógio (= 72 horas/aula)
VI - Outros	A avaliar

ANEXO IV

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Fixa normas que regulamentam o funcionamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em que o(a)s aluno(a)s terão que desenvolver 240 horas/aula [200 horas/relógio] em pesquisa acadêmica cujo resultado se dará por meio de monografia e/ou artigo e com temática na área de *Ensino de História*, posto que o Curso é Licenciatura.

Capítulo I

Da natureza e objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso tem a finalidade de integralizar a matriz curricular do Curso de História e totaliza 240 (duzentas e quarenta) horas-aula.

§1º - Todo(a) acadêmico(a) deve obrigatoriamente realizar o Trabalho de Conclusão de Curso.

§2º - O Trabalho de Conclusão de Curso é um trabalho de natureza acadêmico-científica elaborado individualmente pelo(a) discente concluinte do Curso de Graduação em História.

Art. 2º - A obrigatoriedade de Trabalho de Conclusão de Curso visa propiciar aos(às) acadêmicos(as) do Curso de Graduação em História da Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Paranavaí, a experiência da pesquisa acadêmica que permita:

- I. aprofundamento teórico e temático;
- II. contato crítico às fontes históricas;
- III. consulta à bibliografia especializada;
- IV. problematização da produção do conhecimento histórico.

Art. 3º - O Trabalho de Conclusão de Curso tem caráter monográfico e seu resultado de pesquisa deve ser sustentado em discussões historiográficas e metodologias pertinentes à abordagem do objeto escolhido.

§1º - O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser na forma de monografia e/ou artigo científico.

§2º - O Trabalho de Conclusão de Curso deverá – independentemente do objeto, temporalidade, se pesquisa teórica ou empírica – priorizar temática na área do Ensino de História.

Capítulo II

Dos requisitos e inscrições para realização do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 4º - Somente poderá executar o Trabalho de Conclusão de Curso o(a) acadêmico(a) que:

- I. estiver aprovado nas disciplinas de Metodologia da Pesquisa em História, Introdução aos Estudos Históricos, Teorias da História I.
- II. em condições de concluir o Curso de História no ano letivo em que produzirá e defenderá o Trabalho de Conclusão de Curso.
- III. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser desenvolvido em conformidade com a estrutura curricular vigente do curso de História.

Art. 5º - Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso cada acadêmico(a) deverá ser orientado(a) individualmente por um(a) professor(a) do Colegiado de História com titulação mínima de Mestre.

Parágrafo único. Somente em casos especiais, e com aprovação prévia do Colegiado de História, um(a) professor(a) de outra Instituição – desde que pública – poderá ser orientador(a) de Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 6º - O Colegiado do Curso elegerá um dos seus membros para coordenar os Trabalhos de Conclusão de Curso, e este(a) estabelecerá a definição e publicação dos prazos de entrega e o cronograma de apresentação dos trabalhos.

Capítulo III

Das normas para elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 7º - A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso deve ser feita de acordo com as normas da ABNT-NBR.

Parágrafo único. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá seguir a seguinte normalização, conforme a escolha entre monografia ou artigo:

I. Para o caso de trabalho monográfico: ser redigido em folha A4, branca, em fonte Times New Roman, tamanho 12; espaçamento 1,5; alinhamento justificado; margens esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2 cm; citações literais até três linhas devem ficar no corpo do texto, e citações literais com mais de três linhas deve ter recuo à esquerda de 4,0cm; o texto não deve conter colunas; as referências bibliográficas devem seguir as normas da ABNT, com alinhamento à esquerda, e limitar-se, exclusivamente, às obras citadas no texto; tabelas, figuras, gráficos, deverão compor o corpo do texto; caso haja nota de pé-de-página, redigir com alinhamento justificado, espaçamento simples e tamanho 10; a monografia completa deve ter no mínimo 30 laudas e, no máximo, 100 laudas – excetuando-se as páginas pré-textuais obrigatórias (capa; folha de rosto; identificação da banca examinadora; resumo; palavras-chave; sumário) e não obrigatórias (epígrafe e dedicatória); o resumo deverá ter entre 10 e 15 linhas com três palavras-chave.

II. Para o caso de artigo científico: ser redigido em folha A4, branca, em fonte Times New Roman, tamanho 12; espaçamento 1,5; alinhamento justificado; margens esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2 cm; citações literais até três linhas devem ficar no corpo do texto, e citações literais com mais de três linhas deve ter recuo à esquerda de 4,0cm; o texto não deve conter colunas; as referências bibliográficas devem seguir as normas da ABNT, com alinhamento à esquerda, e limitar-se, exclusivamente, às obras citadas no texto; tabelas, figuras, gráficos, deverão compor o corpo do texto; caso haja nota de pé-de-página, redigir com alinhamento justificado, espaçamento simples e tamanho 10; o artigo completo deve ter no mínimo 15 laudas e, no máximo, 25 laudas; o título deverá estar em negrito, caixa alta, com alinhamento centralizado e logo abaixo alinhado à direita o nome do(a) aluno(a) e do orientador(a); o texto do artigo deve ser precedido por resumo – entre 10 e 15 linhas – e três palavras-chave.

Art. 8º - A correção gramatical e o conteúdo do texto são de inteira responsabilidade do acadêmico(a).

Capítulo IV

Da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 9º - Cada Trabalho de Conclusão de Curso será apresentado em sessão pública de defesa e submetido à banca examinadora composta, além do(a) orientador(a), por dois outros professore(a)s, e destes, obrigatoriamente 1 (um) deverá ser do Colegiado de História.

§1º - Toda a banca avaliadora deverá ter titulação mínima de Mestre.

§2º - A participação de membro externo não deverá acarretar ônus para a Universidade Estadual do Paraná.

§3º - Todos o(a)s professore(a)s em Regime de Trabalho TIDE deverão estar disponíveis para integrar bancas examinadoras, sendo facultativa a participação dos demais professore(a)s efetivo(a)s, assim como do(a)s professore(a)s colaboradore(a)s.

Art. 10º - As composições das bancas avaliadoras devem ser aprovadas previamente pelo Colegiado de História.

Art. 11º - Para que possa efetuar a apresentação final perante banca examinadora, o acadêmico(a) deverá depositar junto à Coordenação do Colegiado de História três vias impressas do trabalho.

Art. 12º - O(A) candidato(a) deverá fazer a apresentação resumida do trabalho na forma oral em sessão pública. A apresentação oral terá a duração máxima de vinte minutos.

Art. 13º - A sessão de defesa pública será aberta pelo(a) orientador(a), seguindo-se da apresentação do trabalho pelo acadêmico(a), a arguição por parte dos membros da banca examinadora e as respostas do acadêmico(a) à banca, não ultrapassando cada uma dessas fases o intervalo de vinte minutos.

Art. 14º - Ao fim da sessão pública, os membros da banca examinadora reunir-se-ão para deliberar sobre a nota a ser atribuída de forma individual, e após isto chegando à média aritmética que resultará na nota final.

§1º - Para que o trabalho seja aprovado, deverá ser alcançada média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete), que corresponderá à média final para a aprovação da disciplina.

§2º - Com aprovação na sessão da banca examinadora, o(a) acadêmico(a) deverá fazer os ajustes, caso necessário, e após isto entregar uma via impressa definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso e em mídia digital (CD-Rom e/ou pendrive).

Art. 15º - As notas serão atribuídas com base nos seguintes critérios de avaliação para o Trabalho de Conclusão de Curso:

I. fundamentação teórico-metodológica: de 0 a 2,5;

II. qualidade do trabalho com relação às fontes e/ou revisão historiográfica (levantamento e análise/interpretação): de 0 a 2,5;

III. coerência da argumentação: de 0 a 2,5;

IV. qualidade da redação: de 0 a 1,5;

V. adequação à normas da ABNT: de 0 a 1,0.

Parágrafo único. Os critérios avaliativos poderão ser periodicamente reformulados pelo Colegiado do Curso.

Capítulo V **Das atribuições do(a) Orientador(a) e do(a) Orientando(a)**

Art. 16º - O(a) orientador(a) dever ser, preferencialmente, do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Paranavaí.

§1º - A carga horária destinada ao(à) professor(a) orientador(a) deverá seguir as normas da Universidade quanto à atribuição de atividades docentes.

§2º - Na falta ou impedimento do professor(a) orientador(a) de participar da Banca de Avaliação, o mesmo deverá indicar um substituto para deliberação do Colegiado.

Art. 17º - Cabe ao professor(a) orientador(a):

I. estabelecer o plano e o cronograma de trabalho em conjunto com o(a) orientando(a);

II. orientar o(a) estudante, individualmente, no processo de organização e elaboração do trabalho científico, em suas várias etapas;

III. informar o(a) orientando(a) sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação;

IV. encaminhar ao Colegiado de História para homologação, após consulta ao(à) orientando(a), o nome dos componentes da Banca Examinadora;

V. presidir a Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso por ele(a) orientado(a);

VI. comunicar o Colegiado de História quando ocorrerem problemas, dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação, para que o mesmo tome as devidas providências;

VIII. comparecer às reuniões, convocadas pelo(a) Coordenador(a) do Colegiado, para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação de trabalhos.

Art. 18º - Cabe ao(à) orientando(a):

I – submeter-se à entrevista formal com o(a) professor(a) orientador(a), para aceitação da orientação;

II. definir em conjunto como o(a) professor(a) orientador(a) a temática, o planejamento e o cronograma de atividades;

III. entregar três vias impressas do Trabalho de Conclusão de Curso para ser encaminhado à banca examinadora dentro de tempo hábil;

IV. cumprir as normas e regulamentação próprias do Trabalho de Conclusão de Curso;

V. cumprir o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com o seu(sua) professor(a) orientador(a);

VI. defender publicamente o trabalho desenvolvido;

VII. caso aprovado(a), entregar ao Colegiado do Curso uma via impressa e em mídia eletrônica da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso.

Capítulo VI **Das disposições gerais**

Art. 19º - Cada professor(a) do Colegiado de História poderá orientar até 5 (cinco) Trabalhos de Conclusão de Curso.

§1º - O Colegiado de História poderá ampliar esse limite, desde que seja devidamente justificada, e tendo em vista a disponibilidade de professore(a)s do quadro do Colegiado.

§2º - O(A) coordenador(a) dos trabalhos de Trabalho de Conclusão de Curso, designado(a) pelo Colegiado do Curso, ficará encarregado(a) de distribuir o número de aluno(a)s a serem orientado(a)s pelo(a)s professore(a)s da maneira mais equitativa possível.

Art. 20º - Caso haja incompatibilidade entre orientador(a) e orientando(a), o(a) coordenador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso poderá definir outro(a) professoro(a) orientador(a), sem prejuízo das atividades de pesquisa desenvolvidas pelo(a) acadêmico(a).

Art. 21º - Os custos da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso estará a cargo do(a) acadêmico(a).

Art. 22º - Os casos omissos no presente Regulamento deverão ser encaminhados à apreciação do Colegiado de História.